

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE FILOSOFIA**

Haylton Silva Araújo

**CORPO, DURAÇÃO E INTUIÇÃO – UMA APROXIMAÇÃO INICIAL AO
PENSAMENTO DE BERGSON**

**Maceió
2021**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE FILOSOFIA

Haylton Silva Araújo

Corpo, duração e intuição – uma aproximação inicial ao pensamento de Bergson

Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado ao curso de Filosofia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de licenciado em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Meireles Monegalha Henriques.

Maceió

2021

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central

Bibliotecário: Cláudio César Temóteo Galvino – CRB4/1459

A663c Araújo, Haylton Silva.
 Corpo, duração e intuição: uma aproximação inicial ao pensamento de Bergson /
 Haylton Silva Araújo. – 2021.
 65 f.

Orientador: Fernando Meireles Monegalha Henriques.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Filosofia) – Universidade
Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. –
Maceió, 2021.

Bibliografia: f. 65.

1. Corpo. 2. Matéria. 3. Imagem. 4. Ação. 5. Memória. I. Título.

CDU: 11

Dedicado a Filipe Saône, Douglas Vilela Dantas e Felipe Xavier,
vocês continuam vivos no meu pensamento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe, por ter cedido a casa dela e ter ido morar com meu irmão na casa de minha falecida avó, permitindo que eu tivesse um lugar para ficar durante a graduação em filosofia. Obrigado por toda generosidade. Agradeço ao meu pai, por me ajudar numa fase difícil da minha vida. Obrigado, pai. Sou muito grato ao José, que desde cedo me disse para investir no ensino superior e nos concursos públicos, mesmo sendo um jovem pobre estudante de escola pública. Obrigado pelo incentivo!

De forma geral todas as disciplinas do curso de filosofia possuem professoras e professores competentes, e sem essas pessoas nada disso seria possível. Jamais vou esquecer as aulas da professora Cristina Viana, as técnicas de fichamento nas aulas de Projetos Integradores, que inclusive, foram as técnicas de fichamento e leituras que utilizei para fazer o presente trabalho. Agradeço ao meu orientador, que me apoiou em todos os aspectos desse trabalho, mesmo sabendo das minhas dificuldades e limitações para continuar a pesquisa. Sou muito grato pelo dia que o professor Monegalha impediu o corte da minha bolsa de estudos, num momento que me encontrava desempregado. O professor fez uma carta de recomendação que serviu como justificativa, e que foi aceita pela PROEST. Muito obrigado por tudo! Sou grato ao professor João Dias, que usou todos os recursos ao seu alcance como coordenador do curso para evitar minha evasão da universidade. Sem ele eu não estaria me formando nessa data. O professor João conseguiu garantir minha permanência no curso durante toda a pandemia, através de e-mails, que sempre foram respondidos integralmente, onde tive toda a atenção do professor sempre que uma dificuldade surgia. Muito obrigado. Deixo registrado também minha gratidão ao professor Alberto Vivas Flores, que ofereceu sua amizade, me presenteou com materiais que foram utilizados para a escrita do TCC: um compêndio de filosofia e um livro de história da filosofia ocidental de Russell. Jamais vou esquecer suas aulas, e os cafés na lanchonete para refletir sobre filosofia. Muito obrigado. Agradeço ao professor Marcus José que sempre me apoiou no meu percurso na universidade, incentivando a participar das atividades do curso na área de filosofia analítica. Agradeço pelas lições do professor Marcos Silva, por me mostrar muitas falhas nos meus argumentos, e que eu poderia pensar com mais qualidade e clareza utilizando a lógica. Obrigado por me ajudar com minhas limitações. Agradeço ao professor Alexandre por me orientar a ter o hábito de estudar em ambientes adequados, com organização. Que os melhores lugares para pesquisa são as bibliotecas. Essas dicas foram decisivas nos últimos anos de curso. Muito obrigado. Agradeço

ao professor Thiago Penna, que sempre acreditou que eu tinha potencial para estudar filosofia, dizendo para que eu jamais desistisse do curso. Sou grato a professora Juliele Sievers, por apoiar meus projetos com filosofia e RPG no ensino médio. Essas experiências foram muito significativas quanto à aplicação prática da filosofia.

Agradeço a secretaria do curso, Alessandra e Renato pela prestação dos serviços. Por tirar muitas dúvidas quando precisei. Muito obrigado!

Sou muito grato a todo corpo de funcionários da instituição que durante muito tempo prestaram serviços excelentes na universidade: restaurante universitário, os banheiros, entre outros espaços da universidade que sempre estiveram limpos e adequados ao uso. Isso facilitou muito meu dia a dia, permitindo focar minhas energias apenas nos estudos.

Agradeço todos os colegas do curso, em especial ao Danilo Calheiros por ter sido como irmão pra mim na universidade. Samuel, Dielson, Rogerio Braga, Marx, Alex, Diego Senna, por terem sido ótimas companhias no dia a dia da vida acadêmica. Vocês foram muito importantes para minha formação acadêmica!

Não poderia esquecer esses amigos que sempre estavam fornecendo muito apoio e conselhos: Bruno Hitan, Kaio Rodrigues, e Viviane Alves.

Gostaria de agradecer ao Guilherme Tavares e Silva que está na Alemanha, e que fez uma tradução do "abstract" desse trabalho, considerando a urgência para concluir essa etapa desse trabalho. Muito obrigado meu amigo, por sua ajuda.

RESUMO

O objetivo filosófico desse trabalho consiste em explorar o conceito de método em filosofia. Dessa forma, a pesquisa expõe boa parte dos elementos que compõem o que foi considerado como método filosófico, e o seu suposto alcance do amago de questões metafísicas, ontológicas e epistemológicas (importante áreas de estudo da filosofia) no âmbito da relação entre sujeito e objeto, problematizando a sua eficácia na aplicação de seus próprios princípios e hipóteses em certos contextos. A partir disso, nos perguntamos: qual é o método mais eficaz em filosofia? Assim, a pesquisa pretende destacar parte da aplicação do método intuitivo bergsoniano, quer dizer, a delimitação das propriedades e atributos da extensão (corpo) e do inextenso (alma) na teoria da memória bergsoniana, localizadas principalmente no livro *Matéria e Memória*.

Palavras-Chave: Corpo; Matéria; Imagem; Ação; Memória.

ABSTRACT

The goal of this Final Paper consists in explore the concept method in philosophy. Therefore the research expose great part of the elements that compose what was understood as philosophical method and its supposed coverage of the essence of metaphysical, ontological and epistemological questions (important areas of study in the philosophy), in the context of the relationship between subject and object, problematizing the efficacy in the application of its own principles and hypothesis in certain contexts. Thenceforth, we ask ourselves: which one is the most effective method in the philosophy? Thereby the research intends to emphasize the part of the application of the bergsonian intuitive method, it means, the delimitation of the property and attributes of the extension (body) and of the inextensive (soul) in the bergsonian theory of the memory, as primarily seen in the book *Matter and Memory*.

Keywords: Body; Matter; Image; Action; Memory.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. A NECESSIDADE DE UM MÉTODO FILOSÓFICO.....	15
3. PERCEPÇÃO E MATÉRIA PARA ALÉM DO REALISMO E DO IDEALISMO...22	
3.1. O idealismo de Berkeley.....	24
3.2. As diferenças para com Kant	28
4. O PAPEL DO CORPO.....	31
4.1. A posição privilegiada do corpo no campo de imagens.....	35
5. O CORPO VIVO E O UNIVERSO MATERIAL.....	40
5.1. O atributo da percepção	41
5.2. A matéria é imagem?	45
6. A TEORIA DOS GRAUS DE DURAÇÃO	47
6.1. Os aspectos gerais que relacionam o corpo e o espírito.....	47
6.2. A percepção pura da matéria.....	56
6.3. Estímulos e apreensão.....	61
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS.....	65

1. Introdução

Aos dezessete anos de idade, após sair do ensino médio, o meu interesse pelas questões filosóficas aumentaram. A busca por conteúdo filosófico se tornou frequente, e a necessidade de compartilhar as novas informações começaram a fazer parte da rotina na época. Pouco a pouco, as esquinas do bairro do Eustáquio Gomes de Mello 2 começaram a ser ocupadas por jovens curiosos por questões como: “qual o sentido da vida?”, “Deus existe?”, “Nietzsche estava certo quanto à morte de Deus?”, “o que é conhecimento?”, “o que é consciência?”. Nessa época, as dificuldades de responder essas questões de modo satisfatório foram frequentes, e isso incomodava todos que participavam do debate.

Foi então que fiz minha primeira investigação em filosofia para tentar responder a questão: “o que é consciência?” Houve respostas como: “consciência é quando não estamos acordados, cientes dos acontecimentos”, mas essa resposta não dava conta da definição do que é a consciência no sentido que estava buscando. Insatisfeito com esse tipo de resposta, tive a ideia de investigar na internet, e encontrei um artigo que falava de um conceito de consciência conhecido como: “intencional”, no pensamento de Husserl. Foi a definição de consciência intencional que ajudou na construção de um conceito de consciência, e por algum tempo foi a “redução fenomenológica” de Husserl que ajudava nos debates nas esquinas do bairro entre aqueles jovens.

Pouco tempo depois ingressei na universidade federal com a intenção inicial em estudar a fenomenologia. No entanto, ao me deparar com os novos conteúdos filosóficos, e de conhecer os períodos históricos de cada autor e obra, pude entender que definir a consciência como intencional foi um passo muito largo para tentar responder a questão sobre a natureza da consciência. O método fenomenológico era muito sofisticado para alguém que não tinha os conhecimentos fundamentais da filosofia, então foi aí que resolvi dar um passo para trás, e ao invés de estudar um método muito avançado em filosofia, resolvi estudar as introduções sobre metafísica, ontologia, e epistemologia que o curso da UFAL disponibiliza para os estudantes.

Foi no segundo período do curso que tive contato com o professor Monegalha, que me mostrou como Bergson responde a questão: “o que é consciência?”. Esse contato possibilitou conhecer algumas obras de Bergson, como a coletânea “Memória e vida”, obra organizada por Gilles Deleuze, e que foi utilizada para realizar uma apresentação na Bienal no ano de 2019 na cidade de Maceió. Essa primeira pesquisa que foi feita com o apoio do professor mostrou

outra definição de “consciência”, quer dizer, consciência é memória. Essa distinção da consciência como memória motivou essa pesquisa em tentar compreender o que é memória segundo Bergson. Assim, o tema desse trabalho reconhece o caráter híbrido da aplicação metodológica da intuição na obra *Matéria e Memória*.

Matéria é memória? O caráter híbrido do método bergsoniano ficará mais claro quando esse filósofo fizer uma análise de doutrinas como realismo e idealismo, que reivindicam a posse daquilo que define a realidade da matéria. Basicamente, essa pesquisa delimita o tema levando em conta o modo como Bergson supera as concepções vulgares de conceber a percepção da matéria. Assim, é importante que os capítulos desse trabalho sejam suficientes para esclarecer um percurso investigativo que começou nas esquinas de um bairro periférico, para tentar encontrar um modo mais satisfatório sobre a questão: o que é consciência?

Desse modo, o primeiro capítulo menciona a necessidade de método filosófico, no entanto reconhecendo que essa “mediação” entre percepção e matéria, por exemplo, não deve ocorrer por meio de conceitos que cristalizam a realidade de modo “especializado”. Nesse capítulo, o objetivo é apresentar alguns conceitos básicos necessários para prosseguir no entendimento da proposta bergsoniana de construir um método intuitivo em filosofia (capaz de suprimir as mediações inteligíveis que conduzem a eficiência da prática da vida), e de como a memória parece ser a faculdade mental mais importante para esse pensador francês. A insistência de Bergson em apresentar a memória como elemento primordial nos estudos da consciência, quer dizer, que a própria memória é a essência da subjetividade, chamou a atenção dessa pesquisa, justificando todo esforço empreendido para tentar produzir uma reflexão mais profunda sobre o tema.

Quando esse pensador coloca a memória como base na intuição, a memória passa a adquirir um papel preponderante como faculdade cognitiva para assimilar os acontecimentos exteriores ao sujeito. O dualismo entre mente e corpo, e as consequências do realismo e do idealismo da matéria é um dos temas principais tratados por nosso filósofo nesse primeiro momento do trabalho. Desse modo, esse primeiro capítulo pretende chamar atenção para a ideia de que o método que Bergson encontrou para reinserir o que foi suprimido no interior da filosofia sistemática pós cartesiana, e conseqüentemente kantiana: a mobilidade, o movimento real da vida subjetiva, reconhecendo uma experiência mais integral da realidade na temporalidade.

O capítulo dois desse trabalho apresenta os exageros no realismo e no idealismo conforme Bergson, isto é, as condições de existência das coisas exteriores. No entanto, Bergson irá situar os elementos que compõem cada doutrina, seus limites e especificidades, apontando todas as dificuldades que essas doutrinas enfrentam por se oporem uma à outra. Assim, a “percepção em si da matéria” será objeto de análise desse capítulo. Essa parte do trabalho procura apenas mostrar que Bergson pretende fazer uma “delimitação” da percepção, e o seu alcance da matéria em si mesma. Desse modo, Bergson destacará o aspecto sensorio motor como fator predominante na constituição dessas experiências perceptivas, que o ser vivo percebe para agir, e não para conhecer. Com o intuito de contextualizar melhor a abordagem desse capítulo, foram expostos alguns dos elementos dos sistemas filosóficos de Kant e Berkeley.

O terceiro capítulo desse trabalho abordará aquela delimitação dos limites e funções do corpo feito por Bergson no primeiro capítulo de *Matéria e memória*. É nesse capítulo que Bergson revela que o cérebro e a medula espinhal são órgãos que funcionam apenas como transmissores e selecionadores de movimentos no corpo. Que o organismo encontra-se em constante evolução. É nesse capítulo do trabalho que Bergson que o ser vivo possui uma posição privilegiada no corpo, mas que este encontra ligado, necessariamente, ao aspecto sensorial e motor. O corpo é um espaço diferente, o corpo é movimento, ação. O movimento é indeterminado, depende de um interesse específico do ser vivo. O espaço de liberdade do ser vivo é chamado de “zona de indeterminação” por nosso filósofo. Nesse sentido, Bergson consegue fazer uma delimitação mais profunda do papel do corpo, e da percepção da matéria exterior ao corpo, mostrando que o corpo é uma imagem capaz de reter os registros das imagens que permeiam seu próprio interior, assim como reter as imagens dos outros corpos que lhe afetam exteriormente: a percepção da matéria, e a matéria em si se diferencia apenas em termos de graus, e Bergson extrai a ideia de exterioridade e interioridade dessas relações que ocorrem entre imagens apenas.

O quarto capítulo dessa pesquisa apresenta os primeiros elementos de uma das principais teorias do livro *Matéria e memória*: a teoria da “percepção pura”. Dessa forma, os primeiros parágrafos vão tratar do fundo real que compõem nossas percepções, mostrando que é graças à memória que nossas percepções mais simples são preenchidas e integradas àquilo que mais nos interessa num determinado contexto. Essa parte do trabalho procura mostrar a delimitação mais profunda que Bergson realiza para estabelecer uma percepção em si da matéria, e aquilo que ele chamou de “duração mínima da matéria”. Bergson encontra um modo de ultrapassar o

obstáculo que o “dualismo vulgar”, o realismo e o idealismo criaram ao entendimento humano na história da filosofia desde Descartes, que determina de forma arbitrária, que não há relação alguma entre o corpo e a alma, entre a matéria, e a memória. Bergson irá demonstrar o contrário disso.

O quinto e último capítulo desse trabalho apresenta a “teoria dos graus de duração” proposta por Bergson para conhecer a duração pura. Além disso, é por meio dessa teoria que Bergson situa a “realidade do espírito”, sendo que o conjunto das “representações” se mostra como atributos virtuais desse “espírito”, isto é, um passado latente na consciência do sujeito. Nesse caso, o corpo seria talvez capaz de produzir imagens, no entanto, não é o corpo o lugar em que essas representações se conservam. Desse modo, Bergson revela que o corpo não é capaz de criar representações, atribuindo esse papel à duração pura. Nesse sentido, Bergson concebe o corpo como uma imagem como qualquer outro objeto, e que, diferentemente da matéria, o corpo seria aquela imagem que possui um grau mais distendido, além de produzir movimentos no espaço, seria capaz de registrar todos os acontecimentos na forma do passado em seu espírito. Bergson reconhece que o ser humano possui dois tipos de memória, uma que retêm os acontecimentos de forma geral, e outra que estaria associada às “lembranças” do passado retido na “duração pura” (como diria Bergson). Desse modo, essa parte do trabalho procurou mostrar como Bergson aproxima os dados puros da percepção da matéria com os dados puros da memória.

2. Capítulo I: A necessidade de um método filosófico

A matéria e a memória são “coisas” reais pelo qual não há necessidade de duvidar de suas existências, segundo a filosofia de Bergson. Esse trabalho considera significativo o modo como *Matéria e Memória* organizou a estrutura de seus textos. Apesar de Bergson ter incluído definições na estrutura de seu método, o método bergsoniano depende especialmente da *intuição*. A intuição é um ato humano que possui um caráter adaptativo, é capaz de alcançar inúmeros contextos quanto à eficácia de sua aplicação. Nesse sentido, o método filosófico, para Bergson, exige uma multiplicidade de procedimentos na busca do conhecimento que pretende alcançar, e, diferentemente de outros pensadores, Bergson rejeita a ideia de que exista apenas um método em toda a filosofia.

Assim, as investigações desse autor começam por elementos simples da realidade, como a matéria, e o atributo comum de apreensão das coisas exteriores, isto é, a capacidade de retermos um “passado” na forma de memórias. Podemos dizer que os dados da matéria e da memória foram alcançados por meio da teoria da “percepção pura”, e da “memória pura” que fora elaborado por esse pensador. Mas para conseguir compreender o papel dessas teorias no sistema bergsoniano, é necessário entender o que significa os conceitos de “percepção” e “ação” no pensamento desse filósofo. A “teoria da matéria” e a “psicologia da percepção” são as duas teorias que antecedem a compreensão do salto metafísico que Bergson opera em *Matéria e Memória*. Assim, não restam dúvidas que existem um caminho sendo percorrido nas investigações desse pensador, que Bergson não se esquece de impor rigor à estrutura do seu método investigativo da realidade. O salto qualitativo que mencionamos se refere ao alcance metafísico do método intuitivo de Bergson no quarto capítulo de *Matéria e Memória*. Esse pensador claramente fez de *Matéria e memória* um instrumento de verificação das consequências e resultados de uma determinada análise da existência das coisas. Quando Bergson encontra um resultado, ele utiliza esse resultado para ir cavando mais fundo no problema, tentando dar conta das novas etapas que vão surgindo durante esse processo de investigação da percepção, e da matéria.

Inicialmente o livro apresenta uma ampla descrição do papel do cérebro, as funções sensoriais e motoras ligados a esse órgão, e de como a percepção está associada às ações práticas da vida dos sujeitos. A primeira “delimitação” feita por Bergson define o cérebro como órgão de seleção que age inteligentemente, mas cuja principal função é ser um transmissor de estímulos exteriores, isto é, receber e transmitir movimentos. Bergson afirma que o papel do cérebro “não é o de produzir representações”, apenas coordenar os

movimentos voluntários, reparti-los e distribuí-los aos pontos periféricos que os solicitaram. Para compreender as articulações prévias do livro, é de crucial importância que as orientações deixadas por Bergson sejam seguidas, principalmente aquela orientação na qual devemos enxergar que os corpos são imagens que possuem alguns atributos, quer dizer, esses atributos incluem o cérebro e a medula espinhal. A atividade desses órgãos recebe enorme atenção do filósofo no primeiro capítulo do livro, onde se destaca o papel dos nervos e sua relação com as funções cerebrais. Esses dois órgãos sensoriais, a saber, cérebro e medula espinhal, segundo Bergson, são responsáveis por organizar e distribuir movimentos selecionados que ficam disponíveis para o uso do corpo em determinado contexto, inclusive da percepção de coisas no espaço: o espaço é uma mediação de nossas percepções concretas.

É possível notar já nas primeiras linhas do livro, alguns modos de aplicação dos princípios do método bergsoniano. A ampliação desses princípios a determinados pressupostos levaram Bergson ao conhecimento dos princípios da “teoria da ação”. Essa teoria procura determinar o sentido das ações que correspondem às nossas perspectivas mais sensoriais e motoras da experiência psicofisiológica. Não há dúvidas sobre a possibilidade de que as nossas ações aumentam em destreza quando se instala um hábito, e Bergson considera certo “pragmatismo” como sendo a essência da psicologia e da ação. A “ação” possui o seu papel, e quando alcança os seus limites, segundo Bergson, torna-se possível um tipo de salto cognitivo, enfim, novas habilidades de reação sensorial e motora. Mas não apenas isso: Bergson defenderá que existe a possibilidade de um salto metafísico com impulso na psicologia que é capaz de alcançar os aspectos qualitativos da consciência pura, ou “passado virtual latente”.

As percepções fazem parte dessa constante evolução do organismo, onde cada sentido possui um nível de eficácia, quer dizer, é comum a inteligência e a necessidade de agir, guiar a direção da percepção do sujeito.

Cada um dos sentidos atua de modo unilateral, fazendo apreensões específicas. Essa curta descrição das funções do corpo e do papel dos órgãos sensório-motores é o estudo fisiológico que explica a “ação” num primeiro momento, e as implicações teóricas da ação conduzem à conclusão de que nossas percepções podem estar associadas aos mecanismos básicos do funcionamento do corpo, como o fato simples de proximidade e distância que percebemos existir entre os corpos em certo ambiente. O estudo da percepção em *Matéria e Memória* poderá ser mais bem tratado no capítulo quatro deste trabalho.

Antes de identificarmos as relações que permeiam a realidade da matéria, Bergson propõe uma simulação, ou condições prévias para a concepção da matéria nela mesma, e,

consequentemente, a percepção desta levando em conta o recorte espacial que fazemos ao percebê-la fora de nossos corpos.

Há imagens de corpos, e estes corpos possuem certo espaço para a “liberdade”, já que possuem capacidade de perceber e agir por escolha própria. Então, o que é preciso conhecer para conseguir sobreviver a todos os obstáculos que a realidade impõe ao ser humano? Na visão de Aristóteles, filósofo grego, o ser humano tem o potencial capaz de alcançar o conhecimento total das coisas.

Existe um comentário sobre Aristóteles que chamou atenção dessa pesquisa referente ao conceito de “imagem” associado a aquisição de conhecimento: que há a possibilidade de juntar as partes, e formar um todo daquilo que pretendo conhecer. Para Aristóteles a percepção fica encarregada de colher imagens para construção de uma unidade, e cada imagem possui o seu valor e papéis específicos na formação de conhecimentos, digamos assim. Portanto, conforme Aristóteles, a percepção de imagens (imagens táteis, visuais, auditivas, etc) é uma atividade que auxilia o ser humano na construção e no acesso ao conhecimento daquilo que foi experimentado. Aristóteles reconhece que as percepções das coisas são antes de tudo: “percepções de imagens”. É o que escreve Brun no seguinte trecho:

O conhecimento universal, portanto, está em potência na percepção individual, as imagens, ao repetirem-se ou ao fundirem-se, permitem ao pensamento aplicar-se, pois “é da memória que provém a experiência para os homens: com efeito, uma multiplicidade de recordações da mesma coisa acaba por constituir finalmente uma única experiência”. (BRUN, 1986, p.132)

Portanto, não é exagero afirmar que o método filosófico desse tipo possui a pretensão de assimilar toda a realidade, acumulando as partes, e formando o todo. Podemos perguntar: o método bergsoniano é apropriado para compreender as propriedades da percepção e da memória?

É necessário compreender todas as condições que dão seguimento as etapas da aplicação metodológica proposta por Bergson como parte negativa para tingir o aspecto positivo da realidade sem necessidade de mediação inteligível e espacial da duração.

Assim, Bergson solicita que os leitores não percam de vista a ideia de que temporariamente os atributos e propriedade das coisas que existem são apenas “imagens” da duração. Logo, qualquer coisa que seja percebida será uma “imagem” fundada na temporalidade, ou passado latente no sujeito cognocente. Desse modo, as coisas que aparecem

para minha percepção dependem de dois sistemas de “imagens” diferentes: um “sistema de imagens com centro”, representado pelo conjunto de corpos, e outro “sistema de imagens sem centro” que corresponde a toda matéria existente. Bergson propõem um acordo temporário com todos os seus leitores acerca dessas posições. Portanto, é com um acordo entre as imagens que Bergson estabelece a situação de cada coisa no mundo. Desse modo, este trabalho escolheu levantar a seguinte questão: todas as coisas que cercam o corpo devem ser consideradas imagens, mesmo que os sentidos digam o contrário? Sim, é exatamente esse o modo como devemos considerar todas as imagens estabelecidas por Bergson.

Os sentidos captam percepções, mas nenhum corpo registra de um modo idêntico os dados da percepção, conforme Bergson, pois cada um de nós possui um modo único de registrar as experiências que alcança e memoriza. Posteriormente descreveremos melhor o aspecto heterogêneo do ser vivo, no sentido de que o passado que lhe constitui é apenas acessível ao próprio “eu”, que ele é o único responsável pelo modo de organização e seleção de todas as apreensões que foram captadas pelos seus sentidos, e que é isto que lhe identifica como pessoa. Os corpos exprimem de um modo singular os registros de seu passado, um passado único que foi registrado pelo próprio sujeito. Antes de entrarmos no assunto da “temporalidade” de um modo direto, é importante compreender as condições de como enxergar o real, que segundo Bergson, pode ser feito por meio desse plano de “imagens” proposto no início de *Matéria e memória*. Por um lado, Bergson conseguiu definir uma operação comum de que qualquer pessoa seja capaz de enxergar por meio de um ato de percepção, os objetos existindo apenas como “imagem”, aceitando o acordo temporário que garante isso. E por outro lado, o sujeito demonstra que possui um modo próprio de fazer apreensões do real, que as leis internas de cada pessoa compõem uma experiência privada, composta com as próprias memórias que foram acumuladas por este sujeito específico durante toda a sua vida.

Assim, o corpo é imagem, mas essa imagem depende de uma profunda análise psicofisiológica que associa as propriedades e atributos do corpo ao movimento, e que fica bem melhor exposta na “teoria da liberdade” bergsoniana. Assim temos:

a duração *em que agimos* é uma duração na qual nossos estudos se fundem uns nos outros, e é lá que devemos fazer um esforço para nos colocar pelo pensamento no caso excepcional e único em que especulamos sobre a natureza íntima da ação, ou seja, na teoria da liberdade. (BERGSON, 1999, p. 219)

Por isso, é possível encontrar no início de *Matéria e memória* a principal atividade do corpo que age, a saber, os conjuntos de imagens que Bergson separa em dois tipos servem para facilitar o entendimento dessas condições prévias de escolha e destino: imagens de corpos vivos, que agem e respiram, e as imagens de corpos sólidos inanimados que afetam os outros corpos por meio das condições de sua existência, nesse caso, estritamente como extensão material. Esse primeiro dualismo ocasionado pela aplicação metodológica bergsoniana chamou atenção dessa pesquisa quando, de início, já expõe a atividade da sensibilidade sobre a extensão, que o corpo é de fato sensório-motor e organiza movimentos sobre a matéria, e que é um ser apto a perceber as coisas no espaço.

Podemos afirmar que os corpos são receptores e emissores de movimentos, que emitem respostas após terem recebido certa carga de movimentos exteriores. Assim, os corpos possuem um papel bem delimitado quanto ao destino das próprias ações, e que os aspectos sensoriais e motores entram em jogo, geralmente, atrapalhando aquela intuição mais desinteressada proposta por Bergson. Desse modo, se o corpo não cria representações, teremos que indicar seu real limite conforme a filosofia de Bergson: “*Meu corpo, objeto destinado a mover objetos, é portanto um centro de ação; ele não poderia fazer nascer uma representação*”. (BERGSON, 1999, p.14) Existem fronteiras demarcadas quanto o que o corpo pode fornecer de sua atividade de movimento como um todo, indicando os limites da percepção associada ao agir pragmático da vida, ao qual possui profunda ligação com o espaço, isto é, o ambiente que percebemos. Conforme Bergson, o corpo não faz surgir representações. Então, Bergson conclui o seguinte:

“que papel essas imagens particulares desempenham na representação do todo? – Não tenho dúvida quanto a isso: trata-se de movimentos, no interior de meu corpo, destinados a preparar, iniciando-a, a reação de meu corpo à ação dos objetos exteriores”. (BERGSON, 1999, p.18)

E ainda: “Há portanto apenas uma diferença de grau, não pode haver uma diferença de natureza entre a faculdade dita perceptiva do cérebro e as funções reflexas da medula espinhal” (BERGSON, 1999, p.19). Não há dúvidas de que os resultados que foram expostos em *Matéria e Memória* foram produzidos pelo método intuitivo bergsoniano. O autor está aplicando o método de modo implícito no texto. Bergson não vai se separar da psicologia até que se aproxime o suficiente da metafísica para conseguir fazer um salto entre essas áreas de estudo, pois a análise psicológica encontrou proposições que ajudam na definição do

importante papel sensório-motor associado ao alcance de aperfeiçoamento da ação, e ao discernimento de aspectos extra-fenômênicos que compõem a realidade em certo contexto. O importante é destacar que a aplicação do método bergsoniano conseguiu distinguir a natureza distinta da realidade, a parte extensa, e a parte inextensa na primeira abordagem desse trabalho. Sobre a extensão podemos antecipar o seguinte, conforme Bergson:

“no que se refere à extensão concreta [...], pode-se contestar que ela seja solidária ao espaço amorfo e inerte que a subtende, espaço que dividimos indefinidamente, onde separamos figuras arbitrariamente, e onde o próprio movimento [...], só pode aparecer como uma multiplicidade de posições instantânea”. (BERGSON, 1999, p. 218)

E após atribuir ao conhecimento imediato um “valor privilegiado”, Bergson chama atenção para as dificuldades de uma aplicação inadequada do método de análise da realidade da seguinte forma:

“essas contradições, esses problemas nascem sobretudo da figuração simbólica que recobre tal conhecimento, figuração que se tornou para nós a própria realidade, e cuja espessura só pode ser atravessada por um esforço intenso, excepcional?”. (BERGSON, 1999, p. 219)

Essa pesquisa suspeita que Bergson solicita que seu leitor que faça um esforço para rejeitar as imagens que representam a espacialização da duração pura, e ir em busca daquelas imagens que representam a criação, a mobilidade dinâmica do reconhecimento atento, quer dizer, enxergar a temporalidade do real. Então, podemos dizer que existe a “memória pura” de um lado, e “percepção pura” do outro, além do dado da matéria “em si mesma” como elementos que vão aparecer se houver uma adequada aplicação do método intuitivo bergsoniano. O imediato pode parecer inapreensível num ato puro de percepção, mas Bergson não deixará de oferecer um suporte conceitual para sustentar que devido a um “grau mínimo” da própria matéria, o que é imediato consegue se tornar em pelo menos um “estado” de consciência durável e suscetível ao “discernimento”, que a duração suprime os ritmos instantâneos sintonizando as imagens que percebemos, ou recordamos. Com a duração cada pessoa pode ter um passado muito vasto, repleto de puras experiências, algo que reflete a riqueza da subjetividade humana. É por meio da contração de infinitos dados da consciência que formamos os planos virtuais da ação, é por conta da duração pura que podemos falar até

de liberdade. A duração é o atributo que permite ao ser humano aumentar a sua capacidade de agir sobre a matéria, de dominar certos hábitos práticos da vida.

O senso comum e algumas doutrinas filosóficas tradicionais se sentem confortáveis em criar postulados e leis arbitrárias para produzir meras abstrações do espaço, abandonando a temporalidade do ser. Então, a pessoa que não alcançar o método intuitivo irá constantemente “espacializar o tempo” para impedir que o tempo (“Duração”) escape de nossas apreensões mais úteis que possibilitam o contato com a realidade. Podemos dizer que a via que procura espacializar a experiência do tempo é a posição que Bergson rejeita. Para o autor o real encontra-se na matéria em si, na duração pura, e no corpo simultaneamente. É por meio do tempo real que a intuição filosófica permitirá o acesso ao grau de duração do corpo, e o grau mínimo da matéria.

“temos tamanha dificuldade em perceber a diferença entre sucessão na duração verdadeira e a justaposição no tempo espacial, entre uma evolução e um desenrolamento, entre a novidade radical e um rearranjo do preexistente, enfim, entre a criação e uma mera escolha”. (BERGSON, 2006, p. 15)

Bergson criou um método adequado para delimitar algumas “imagens”, e é essa restrição que revela as linhas tênues que tecem a existência dos fenômenos que não se mostram facilmente para o ser humano, o limite que revela apenas “leves variações”, preservando a consciência de abarcar a totalidade dos estímulos de uma só vez, podendo ser filtrado e regulado até o limite dos atributos próprios do corpo. O trecho mencionado acima está fortemente associado com a “teoria dos graus de duração” que é exposto em parte posterior do livro. Por enquanto, prestemos atenção no que disse Bergson no seguinte trecho:

“Ao lado da consciência e da ciência, existe a vida. Mas abaixo dos princípios da especulação, tão cuidadosamente analisados pelos filósofos, existem tendências cujo estudo se negligenciou e que se aplicam simplesmente pela necessidade que temos de viver, ou seja, em realidade, de agir”. (BERGSON, 1999, p. 232)

É certo dizer que ciência e consciência possuem limites e restrições que só podem ser ultrapassados por “linhas de fato” que corresponde a aplicação metodológica em cada área de modo colaborativo? Nossa pesquisa tende a afirmar que Bergson fora enfático quanto a descrição completa dos pontos que compõem o seu sistema filosófico em *Matéria e Memória*. E aquilo que liga os pontos, sem dúvida, é o método bergsoniano. A intuição filosófica de Bergson revelou novos caminhos superiores para a aventura psíquica dos seres vivos: a

afirmação de que existe profunda ligação entre psíquico e matéria, que há uma fraca frequência, quase nula, de duração na extensão, são algumas dessas grandes descobertas desse pensador.

3. Capítulo II: Percepção e Matéria para além do realismo e do idealismo

Se existe ligação entre extenso (corpo) e inextenso (alma), certas correntes de pensamento não são adequadas para demonstrarem essa relação, ou melhor, não são suficientemente necessárias para delimitarem as propriedades e atributos que configuram a matéria e o espírito.

A doutrina do realismo empírico não deve se posicionar arbitrariamente para definir uma hipótese que explica a existência das coisas apenas por meio de um espaço homogêneo, ou simplesmente reduzir a qualidade à quantidade. É o que ocorre quando há uma imposição do realismo que procura definir as “verdadeiras” propriedades e atributos do objeto, mas essa doutrina sozinha não é suficiente para essa tarefa. A visão epifenômenista é uma corrente de pensamento que foi fortemente combatida por Bergson, a posição eliminativista que essa corrente assume produz problemas associados a utilização dogmática do pensamento materialista. Para Bergson, é extremamente nocivo reduzir a subjetividade a essa condição de ser apenas uma “coisa” ou quase nada.

Por isso que a supressão da atividade humana ocorre com frequência nas doutrinas realistas, em que as imagens que compõem o universo não possuem centro, e sim ações recíprocas ao quais os efeitos são proporcionais às causas. Nesse caso, “a lei da natureza determina as causas” no mundo, inclusive, dos corpos vivos. Acerca disso, Bergson escreve:

“O realista parte, com efeito, do universo, ou seja, de um conjunto de imagens governadas em suas relações mútuas por leis imutáveis, onde os efeitos permanecem proporcionais às suas causas, e cuja característica é não haver centro”. (BERGSON, 1999, p. 22)

De algum modo, o realista está buscando máxima eficiência da aplicação de seu “método”, quer dizer, a sua capacidade efetiva de análise de causa e efeito no mundo material.

O realista precisaria fazer algumas supressões para manter a atividade de seu sistema, mesmo que isso implique inúmeras espécies de “reducionismos”, os quais degradariam o aspecto subjetivo do ser, ou melhor, a vida interna dos sujeitos. Um exemplo disso é quando Bergson escreve o seguinte:

“É portanto em vão que gostaríamos de fundar a realidade do movimento sobre uma causa que se distingue dele: a análise nos leva sempre de volta ao próprio movimento [...], toco a realidade do movimento quando ele me aparece, interiormente a mim, como uma mudança de *estado* ou de *qualidade*”. (BERGSON, 1999, p. 229)

Com certeza, Bergson não era defensor do eliminativismo que reduzia a subjetividade a meras relações físico-químicas ocorrendo dentro do cérebro. Essa, de fato, não é a posição de nosso filósofo. Monegalha afirma que Bergson jamais apoiaria as teorias que iam de encontro com a fonte primordial de todas as nossas experiências, isto é, a “duração”. Para Bergson a “Duração” é um conceito que pode ser associado a “multiplicidade” de fenômenos, e o próprio Deleuze, autor do livro *Bergsonismo*, tentou introduzir um conceito de “monismo de duração” em sua interpretação dos textos de Bergson que se diferenciava muito dos princípios que Bergson estabelecera sobre o conceito de “Duração”, e do eu subjetivo. Conforme Monegalha, Deleuze estaria suprimindo uma forte marca da “qualidade” heterogênea existente em cada ser vivo, reduzindo a multiplicidade de fenômenos existentes à uma suposta atividade unilateral da “Duração”. Por isso Monegalha escreve algo relevante para evitar esse tipo de redução:

“esta inversão consistiu basicamente em despojar a consciência individual – tão importante para Bergson – de quase toda a sua consciência ontológica, tomando-a, ao fim e ao cabo, tão somente um epifenômeno desse monumental inconsciente ontológico que as consciências do universo compartilham”. (MONEGALHA, 2016, p. 106)

Podemos constatar que os princípios metodológicos podem seguir muitos caminhos, mas muitos desses caminhos não são verdadeiros segundo Bergson. Essas proposições deixam de ser verdadeiras a partir do momento que misturam pressuposto que não são adequados ao exame. Nesse caso acima mencionado, Monegalha rejeita a ideia de uma “consciência como epifenômeno do inconsciente” compartilhado entre as demais consciências. Isso quer dizer que Bergson compreende os diferentes graus da duração, que esta teoria propõe uma

integração de todos os fatos e fenômenos da realidade no sentido da temporalidade, e não do espaço homogêneo. Esse filósofo francês valoriza o aspecto heterogêneo dos corpos, pois esses entram em jogo com os outros elementos do espaço necessários a constituição de uma experiência real.

As imagens do realismo e do idealismo que o autor destacou como conjuntos de imagens são de naturezas distintas no âmbito da representação, e é exatamente, o que este trabalho vem demonstrando até então com a análise da aplicação de parte do método bergsoniano em *Matéria e Memória* para alcançar a percepção pura e a memória pura.

No conjunto de imagens delimitado por Bergson, o realista possui um suposto conjunto de imagens do universo, e as articulações que essas imagens estabelecem é suficiente para ele crer nos resultados que supostamente alcança. Conforme Bergson, para que o realista pudesse compreender “objetivamente” as relações que compõem o conjunto de imagens do universo, não poderá existir algum elemento que represente a contingência, ou a mudança, ou seja, um corpo consciente. A tentativa de todo realismo em exaurir a atividade subjetiva de toda e qualquer imagem do conjunto, conseqüentemente o leva a um conjunto que possui certa dinâmica, mas que está diretamente relacionada com um fundo homogêneo que aparentemente abarca a totalidade dos fenômenos. A heterogeneidade é suprimida, possibilitando a atividade premente da inteligência de substituí-la. Porém, Bergson evitará esses “excessos” da doutrina realista, e devolverá o lugar da subjetividade ao sistema.

3.1. O idealismo de Berkeley

Berkeley foi um crítico do empirismo inglês de Locke. No entanto, Berkeley simpatizava com as teorias de Hume. Essa parte do trabalho visa expor um pouco da discussão crítica de Bergson do idealismo de Berkeley com base em seu “imaterialismo”. Conforme a tese de Berkeley, não há como compreender o mundo e o que há nele como algo “existindo independente da mente”. Berkeley herdou muitas concepções com linhas “mecanicistas” da “nova filosofia” proposta por Descartes. Porém, Berkeley irá se concentrar nos estudos referentes às ideias “abstratas” e de ideias “relativas”.

Berkeley é um filósofo que tenta provar o “idealismo”. Esse pensador defende que existe uma “prova” de que as “qualidades sensíveis” não podem ocorrer independentemente da mente. Então, como Berkeley irá alcançar essas “qualidades sensíveis” que menciona?

Esse pensador acredita que Deus é o produtor de imagens na mente do ser humano, partindo do princípio que seria possível a supressão da matéria como substrato da realidade como um todo. É uma posição que rejeita radicalmente a existência da extensão. Essa posição é extremamente idealista porque vai defender que a existência da matéria depende necessariamente do sujeito, quer dizer, da divindade atuando no interior da subjetividade, oferecendo forma a realidade exterior. O conceito sobre as propriedades da matéria recebe nova classificação quanto aos atributos que possui, e adquire um caráter secundário na experiência como um todo. Podemos afirmar que Berkeley acredita que Deus permite que a mente se torne a construtora de nossas percepções mais simples até as mais complexas. Então, a matéria não precisa de um “si mesmo” para ter certa independência da mente. No entanto, Bergson dirá que a matéria possui um “si mesmo”, contrariando a teoria de Berkeley. Portanto, para Berkeley, o “conceito de matéria independente da mente é defeituoso”. (ROBINSON, 2013, p.749) Podemos afirmar que Berkeley tinha um bom método para investigar a natureza da extensão?

Nesse ponto, podemos contrapor essa primeira exposição das teorias de Berkeley com uma das principais ideias bergsonianas de *Matéria e memória*: a teoria da percepção pura da matéria. E Bergson chega a essa teoria por conta da aplicação dos princípios de seu método intuitivo para distinguir o que é “extenso” e o que é “inextenso”, e atribuir seus respectivos atributos e propriedades à matéria e a percepção das coisas no espaço. Quer dizer que em fase posterior do livro Bergson vai encontrar aquilo que ele chamou de “grau mínimo de duração da matéria”. O que no olhar dessa pesquisa, é a “qualidade” que faltava para Berkeley atribuir à natureza da matéria, e conseguir acessar a realidade desta nela mesma. Mas não abordaremos esse ponto no momento, iremos expor um pouco mais sobre o imaterialismo de Berkeley.

Podemos dizer que as concepções de Berkeley são corretas quando afirmam que não conseguimos ter acesso a matéria como ela é de “fato”, e que ao perceber a matéria como ela se mostra, ficamos impossibilitados de enxergar o “substrato” que há no fundo dessa percepção, que na verdade, a matéria revela apenas seu aspecto superficial de sua estrutura. É como se estivéssemos olhando apenas a casca da matéria que cobre seu conteúdo “real”, isto é, sua substância própria, aquilo que a define na essência.

A tentativa de Berkeley pode ser comparada com a “delimitação” comum aos assuntos tanto em epistemologia como em metafísica que procuram definir o papel das coisas que correspondem ao sujeito e o objeto no mundo. Portanto, para Berkeley não é possível acessar o objeto ‘em si mesmo’, ao perceber o mundo, estamos enxergando apenas a ponta do iceberg dos fenômenos, digamos assim.

Então se Berkeley acredita que a matéria existe somente quando é percebida, isso implica que quem percebe algo precisa existir necessariamente (um deus ex machina): eu não posso negar a existência de meu próprio corpo, mesmo negando a existência de outros corpos. Para Bergson, esse idealismo de Berkeley contém arbitrariedade quando vai definir o ser e a subjetividade.

É a própria ideia de não-existência da matéria que impôs um limite ao idealismo desse pensador, e foi justamente a supressão da extensão que lhe impediu de encontrar o substrato do real.

Mas é curioso que Berkeley tem mais disposição para aplicar o princípio de seu método apenas à matéria, negando a existência de qualquer atributo ou propriedade desta, do que a matéria organizada que compõe o corpo. Talvez seja um resquício de arbitrariedade para favorecer a proposição que afirma que a matéria “não possui uma independência da mente”. Essa é uma afirmação que está mostrando claramente que Berkeley está levando o seu idealismo até as últimas consequências.

Robinson afirma que Berkeley se posiciona contra duas teses fortes que compõem o pensamento do senso comum, tentando manter as consequências daquele princípio que diz que a matéria reflete apenas as propriedades e atributos subjetivos. Assim, esse pensador não deixará de combater o materialismo de sua época que defende a “teoria da matéria” que atribui substancialidade à subjetividade. Conforme Robinson, Berkeley disse o seguinte:

“a tese de que o físico é independente da mente não é verdadeiramente parte do senso comum [é falso que] o mundo físico é mais do que a experiência de qualquer dado individuo [...], e a falsidade de que esse mundo físico transcende todas as experiências que as mentes particulares podem ter dele tomadas em conjunto”.
(ROBINSON, 2013, p. 750)

É exatamente o contrário que Bergson irá defender em *Matéria e memória*: a percepção é uma parte insignificante comparada ao que a matéria recebe e transmite para

todos os pontos da extensão: a percepção é só uma parte, a matéria é um todo. É como se a percepção do ponto de vista da matéria possuísse maior “extensividade”, alcance, sendo mais ampla que a percepção humana. É importante ressaltar que a percepção é um tema amplamente explorado em *Matéria e memória*. A inversão dessa visão de Berkeley está associada ao seguinte trecho, em que Bergson escreveu o seguinte:

“O que é dado é a totalidade das imagens do mundo material justamente com a totalidade de seus elementos interiores [...], A realidade da matéria consiste na totalidade de seus elementos e de suas ações de todo tipo. Nossa representação da matéria é a medida de nossa ação possível sobre os corpos”. (BERGSON, 1999, p. 35)

E ainda:

“a percepção de um ponto material inconsciente qualquer, em sua instantaneidade, é infinitamente mais vasta e mais completa que a nossa, já que esse ponto recolhe e transmite as ações de todos os pontos do mundo material”. (BERGSON, 1999, p. 35)

Essa passagem é muito instrutiva acerca das ambições desse pensador francês. É como se ele estivesse trazendo as concepções de Berkeley mais próximas do materialismo, e alcançar a concepção de “percepção pura da matéria” que um idealismo radical rejeita. Do ponto de vista da matéria, um “ponto inconsciente” é uma perspectiva mais vasta, possui um alcance muito maior de extensividade. Podemos dizer que os corpos privilegiados são aqueles que possuem uma maior capacidade de “duração”, de reter experiências sensíveis. Eles conseguem conservar o passado, contrair inúmeras experiências que levariam anos se fossem feitas sem a atividade da “duração”. A capacidade de compressão de dados na apreensão faz da duração o coração da filosofia bergsoniana. A duração pulsa no ritmo da vida contraindo e expandindo a “temporalidade” no sujeito. Então a consciência é definida como um tipo de filtro da existência por Bergson:

“É portanto da essência de nossa percepção atual, enquanto extensa, ser sempre apenas um conteúdo em relação a uma experiência mais vasta, e mesmo indefinida, que a contém: e essa experiência, ausente de nossa consciência visto que ultrapassa o horizonte percebido, mesmo assim parece atualmente dada”. (BERGSON, 1999, p. 169)

Alguém poderá questionar: Kant não já havia estabelecido um modo adequado de analisar tanto “a coisa em si”, quanto o si mesmo subjetivo, ou “eu”? Não foi Kant que realizou antes a delimitação que caberia a toda metafísica o trabalho de incluir em seus manuais de estudos e investigações?

Portanto, o realista confiará no seu empirismo, e o idealista seguirá o seu dogma. Entre os dados dos sentidos e a convicção das formas, cabe a pergunta: nossos conhecimentos estariam no fundo ligados a um esforço de preservação da vida? Agir e perceber estaria associado a necessidade de atuar no espaço? Ambas as doutrinas procuram promover um sistema infalível, à provas de erros.

A relação ente sujeito e objeto é recíproca, e requer que a atividade do corpo esteja participando de todo o processo integralmente sem suprimir sua heterogeneidade. Quem garante que esse universo tão vasto e infinito não seja irrigado por um fundo que tece nossos mínimos estados de consciência? Que a realidade está diante de nós, mas não conseguimos “ver” de fato a sua estrutura íntima? Por que essa ligação extensiva e inextensiva se tornou motivo de desconfiança nos assuntos sérios de ciência ou filosofia? Por que ainda é estranho a sociedade reconhecer a qualidade das nossas experiências subjetivas?

3.2. As diferenças para com Kant

A investigação sobre método em filosofia é o ponto mais significativo desse trabalho. O estudo sobre método se tornou tão importante que ainda existe um rastro histórico de como o método de cada doutrina predominava na Europa. De forma geral, a filosofia seguiu dois caminhos após Descartes:

“O desenvolvimento pós-cartesiano da filosofia europeia tomou, como vimos, dois caminhos diferentes. De um lado, estão os vários sistemas racionalistas da filosofia continental, e do outro a linha geral do empirismo britânico. Ambos os caminhos são subjetivistas, no sentido em que se ocupam da experiência privada”. (RUSSELL, 2016, p. 382)

Locke e Hume foram os pensadores que refletiram sobre algumas propriedades e atributos existentes na mente do sujeito, embarcando num período mais “subjetivista” da filosofia. Mas avancemos para o pensamento kantiano para fazer algumas ressalvas sobre os

limites que os sujeitos possuem em sua razão lógica, e os aspectos gerais que limitam o seu entendimento.

Assim, nas investigações filosóficas desse trabalho, não poderia deixar de fora uma curta exposição dos rumos que Kant direciona sua filosofia e como esta influenciou a fase em que o sujeito e o objeto se tornaram objetos de estudos da ciência e da metafísica com maior profundidade.

Por mais que os procedimentos de algumas doutrinas não levem em conta alguns equívocos, o ambiente que trata desses assuntos se tornou muito fecundo no sentido de problematizar o real valor do conhecimento que a filosofia almeja em sua atividade de pensamento. Certamente, o rigor instaurado por Kant acrescenta muito elementos e conceitos capazes de definir parte da atividade do método intuitivo pelo fato de Kant aproximar uma relação que mostra que há uma atividade entre “matéria e forma”. Nesse sentido, a sensibilidade está associada a matéria, local de onde é extraído todo material bruto sensível, digamos assim que o eu configura a realidade com um todo para o sujeito. Mas, para todos esses dados fazerem sentido, conforme Kant, eles precisam passar pelo crivo das “formas da sensibilidade e do entendimento” que se encontra em estado *a priori*, isto é, a condição de toda e qualquer experiência (as categorias são conceitos puros onde não há conteúdo pelo nível de pureza e neutralidade conceitual dessas “categorias”) que segundo Kant, não surgem da experiência, isto é, essas “categorias” precedem a experiência. O espaço e o tempo fazem parte da forma sensível pura *a priori* que o sujeito se apropria para organizar as coisas no mundo. Enfim, a condição de experiência no sentido kantiano depende dos postulados do método que considera a “sensibilidade” do tempo e do espaço na “estética transcendental”, e aquele conhecimento “sintético” que possui sua forma em um fenômeno *a priori* fundado pela inteligência sobre um espaço homogêneo exterior ao sentido “interno do sujeito”.

Mas o conceito de intuição no pensamento bergsoniano possui muitas diferenças se for comparado ao idealismo de Kant ou de Berkeley, o método intuitivo de Bergson rejeita as pretensões que esses autores defendiam, sendo evidente que Kant defende um idealismo mais moderado que o de Berkeley. Mas o que notamos com o sistema de Kant é um trabalho em torno dos “fenômenos”, isto é, o pensamento de Kant trata apenas de um conhecimento fenomênico da realidade. Desde que a “coisa em si” represente um limite, ou melhor, até onde os processos cognitivos podem chegar para dar suporte ao equilíbrio do sistema de Kant, podemos afirmar que a força do sistema kantiano está em fazer o sujeito pensar sobre a matéria, mas jamais conhecer suas propriedades e atributos intrínsecos. No entanto, é

exatamente esses “limites” que Bergson irá ultrapassar com sua filosofia do tempo: é possível “coincidir com o objeto numa espécie de simpatia”. Não cabe nesse trabalho uma ampla exposição do que representou o pensamento de Kant para a filosofia bergsoniana, deixando apenas uma curta passagem pelo “criticismo” alemão que Bergson precisou fazer, e posteriormente, formular uma noção de temporalidade acerca do extenso (corpo), e o inextenso (alma) para além do idealismo e do realismo. O método intuitivo bergsoniano se apoia na ideia de que há uma colaboração entre subjetividade e corpo, entre qualidade e quantidade, entre heterogeneidade e homogeneidade.

No caso de Kant, o “sentido interno” que ele defende consiste naqueles estados internos que são de acesso restrito a apenas um eu subjetivo: é o caso das emoções e dos sentimentos, que são registrados na forma do tempo, um passado que se forma na mente de uma pessoa.

No caso do “sentido externo”, Kant considera aquelas apreensões que mais de uma pessoa experimenta, estabelecendo a apoditicidade das regras do método transcendental. Nesse sentido, todo fenômeno interno (subjetivo) se apoia no tempo, e todo fenômeno externo à nossa subjetividade se apoia no espaço. Essas duas dimensões estão tão ligadas ao mesmo sujeito que Kant vai dizer que os objetos exteriores são apreendidos simultaneamente pelo espaço e pelo tempo na experiência.

Desse modo, esse pensador estaria conciliando as principais convicções dessas doutrinas, e ao mesmo tempo, garantido o valor do conceito de “sensibilidade”, e do “entendimento” em seu sistema, que mistura realismo e idealismo. Esse é o eixo fundamental da filosofia de Kant, que é o de destacar aquilo que é “*a priori*” daquilo que é “*a posteriori*” nas etapas da análise sistemática própria de sua filosofia.

Mas essa conversão ingênua se mostra problemática para Bergson. Para esse pensador francês, o erro dessas doutrinas, a saber, idealismo e realismo, não estão apenas no fato da aplicação inadequada de princípios metodológicos dessas doutrinas ao que é essencial à realidade. Em verdade, a suposta dificuldade de encontrar relação entre o que é “extenso” e aquilo que é “inextenso” parte da distinção que não é feita por esses sistemas sobre a natureza da matéria e aquilo que não faz parte do mundo material.

Por esse motivo, não caberia aqui o prolongamento dessas discussões, para não perder de vista a análise de como, afinal, o realista, e o idealista irão “tropeçar” no mesmo ponto do “problema”: segundo Bergson, a condição de existência da “matéria”, e da “mente”. Nesse

sentido, *Matéria e Memória* é uma definição ampla do papel das coisas existentes, quer dizer, que a delimitação feita por Bergson é justamente o modo como esse autor consegue enxergar o alcance de seus postulados e princípios metodológicos.

Esse alcance pode ser medido quando o idealista expõe seu sistema de imagens e insere uma “imagem no centro do conjunto”, quer dizer, considerando, antes de tudo, a atividade do corpo, fazendo da matéria apenas um fenômeno efêmero da realidade, ou seja, que a matéria não possui atributos ou propriedades que garantam a sua existência independente do sujeito, e que as imagens que surgem da matéria não passaria de meras projeções que a percepção cria para oferecer fundo e aparência aquilo que é percebido. Segundo Bergson, o idealista insere mais subjetividade do que deve ao “sistema de imagens que possui um centro”, enfraquecendo, desse modo, a teoria que enfrenta o problema da matéria.

Esse tipo de dualismo, conforme Bergson obscurece o ponto que liga tanto o realista quanto o procedimento do idealista em decifrar as causas e os efeitos que compõem toda a realidade, a substância e a existência das coisas.

4. Capítulo III: O Papel do corpo

Em *Matéria e memória*, Henri Bergson escreve que foi o dualismo sobre a relação entre o corpo e a alma que serviu de base para o surgimento do livro: qual o motivo desse filósofo tratar o corpo como uma imagem?

No capítulo anterior foi possível verificar parte da aplicação metodológica bergsoniana para delimitar o papel dos entes existentes, e de como certas doutrinas vão defender a existência dos mesmos. Foram expostos os “excessos” que conduzem essas doutrinas ao erro ou, pelo menos, ao distanciamento do conhecimento verdadeiro, conforme o pensamento de Bergson.

Nessa parte do trabalho, continuaremos expondo o modo como Bergson delimita os papéis dos elementos que compõem o seu sistema de pensamento, ou melhor, o quanto que a análise bergsoniana consegue atingir o “real”. Como foi dito antes, o real está representado por dois conjuntos de imagens distintos, e as razões que levaram Bergson a definir o corpo

como uma “imagem” se concentra nessas concepções que mostram a existência da matéria e a duração pura da memória.

Para Bergson o corpo é uma imagem, e os movimentos que essas imagens emitem são capazes de alterar as outras imagens circundantes do ambiente. Nesse sentido, conforme Bergson, o corpo tem a propriedade de ser uma “imagem” ativa: o corpo é uma imagem que possui o atributo da ação (“o corpo é um centro de ações”). Mas para alcançar uma definição precisa do sentido das ações que o corpo pode realizar, é necessário um estudo minucioso do “movimento”, e identificar qual é o seu papel em relação à atividade humana. Essa pesquisa considerou importante insistir, conforme Bergson, que existe um campo de imagens comum que inclui todos os seres vivos, ou melhor, corpos atuantes no espaço, limitado ao processo mecânico de estímulo-resposta, quer dizer, que há corpos que emitem estímulos e que, ao mesmo tempo, os recebe dentro de uma multiplicidade de ações recíprocas que ligam as causas aos seus respectivos efeitos concomitantes dessas imagens.

A matéria é uma imagem independente das outras imagens que a cercam. Assim, essa pesquisa pretende, mais à frente, explicar o conceito de “percepção pura”, teoria que suprime a memória, ou melhor, os “graus de duração” que vão até o limite do “grau mínimo da matéria”, e que procura exaurir aquelas propriedades e atributos da memória integrados naturalmente à todas as nossas percepções.

Dessa forma, vale ressaltar as preocupações de nosso filósofo contra aquele obscurecimento do verdadeiro conhecimento causado pelo próprio corpo, quando Bergson delimita o papel do corpo, e da percepção associado a uma ação pragmática onde o sujeito recorta o espaço na tentativa de aperfeiçoar movimentos.

Sem dúvida, um dos esforços do autor é justamente registrar os limites teóricos que estas “imagens” possuem em seu conjunto, a saber, que o corpo é uma imagem que está ligada ao todo material sem as “reduções” que degradam a maior parte dos conceitos mais pluralistas dessas relações entre sujeito e objeto relacionando a qualidade e a quantidade.

Desse modo, o leitor que aceitar as condições do campo de imagens proposto pelo autor irá enxergar que Bergson está costurando pontos que marcam a distinção e o instante daquilo que aparece para toda consciência em um dado momento. Com essa condição de aceitar os grupos de imagens (imagem da matéria e imagem de corpos ativos), torna-se possível verificar até onde foram demarcados os princípios que regem as conclusões de cada doutrina, e o nível do alcance conceitual que estas possuem. Por isso que a teoria da ação

bergsoniana recebeu destaque no início desse trabalho porque representa uma linha primordial em toda a pesquisa bergsoniana. Dessa forma, o autor conseguiu notar que a própria análise psicológica possuía um elemento que obscurecia o acesso àquelas “qualidades” que estão disponíveis até para o senso comum, ou melhor, o acesso ao “conhecimento puro” na separação de imagens extensivas e imagens inextensas, bem como, o acesso ao fenômeno da “Duração”, mas ao mesmo tempo, permitiu o conhecimento “extrafenomênico”, associado àquilo que está para além do fenômeno.

Portanto, essa pesquisa pretende extrair de *Matéria e memória* os conceitos que melhor expliquem a substancialidade das imagens, quer dizer, constatar que a substância das imagens é a “Duração” (incluindo a duração mínima da matéria).

Bergson irá escrever sobre os aspectos fisiológicos dos corpos vivos, em especial sua capacidade de ação sobre a matéria por meio de seus próprios mecanismos motores. Isso implica dizer que o corpo é uma imagem que age no mundo material que o cerca. Portanto, podemos dizer que essa pesquisa alcançou a possibilidade de levantar a seguinte questão: Corpo é imagem? Quais são os seus limites como receptor e emissor de estímulos? Vejamos o que Bergson escreve sobre o corpo e o mundo que o cerca, tentando conduzir até as últimas consequências essa delimitação entre as imagens de corpos e do universo material:

“Todas essas imagens agem e reagem umas sobre as outras em todas as partes elementares segundo leis constantes, que chamo leis da natureza [...], o futuro das imagens deve estar contido em seu presente e a elas nada acrescentar de novo”.
(BERGSON, 1999, p.11)

A abertura a esse problema de colocar o corpo como “imagem” é, no olhar dessa pesquisa, a segunda maior contribuição filosófica encontrada no primeiro capítulo de *Matéria e memória*.

Ainda no primeiro capítulo de *Matéria e memória*, o autor insere o atributo da liberdade de escolha no corpo-imagem, um movimento livre de corpos atuantes, convidando o leitor a conhecer uma análise experimental que tenta contemplar a totalidade determinista das coisas, ou seja, imagem e movimento dos corpos (centro de ações), atributos de corpos emissores e receptores de estímulos que produzem efeitos sensoriais e motores, e a descrição da própria dinâmica da vida humana, a qual é introduzida a partir do primeiro capítulo do livro. Assim Bergson escreve: “*Tudo se passa como se, nesse conjunto de imagens que*

chamo universo, nada se pudesse produzir de realmente novo a não ser por intermédio de certas imagens particulares, cujo modelo me é fornecido por meu corpo". (BERGSON, 1999, p.12)

Separar e especificar e, especialmente, unir, são termos que este pensador se apropriou para delimitar essas imagens, indicando não apenas a propriedade de serem imagens, mas também a indicação de seus respectivos atributos, definindo o corpo como uma imagem do ser vivente, que possui o atributo de agir, um tipo de ação específica predisposta a criar algo novo no mundo, e principalmente, a capacidade de agir em direção à preservação da espécie. Para Bergson, analisar o caráter psicológico em *Matéria e memória* depende de identificar a utilidade de estados mentais que influenciam nossas ações, e em seguida, avaliar tanto os hábitos de agir como os hábitos de pensar capazes de gerar fatos dos quais só a metafísica experimental é capaz de alcançar a essência ou, pelo menos, criar uma aproximação do problema para ultrapassar toda e qualquer especulação distante da verdade.

Além disso, Bergson possui uma proposta de “integrar dados” de modo preciso em filosofia, relacionando conceitos de doutrinas diferentes como mencionado antes (realismo x idealismo), fazer correções em correntes de pensamentos acerca do mecanicismo e o devir universal, ou melhor, extrair dados de resultados de análises que foram produzidos pelo método intuitivo experimental que resolve o dualismo predominantemente “vulgar” de sua época (empirismo x espiritualismo). O aspecto experimental que vale a pena destacar é o conceito de “imagem” como sendo propriedade de todas as coisas, e a posição privilegiada da imagem do corpo possuindo o atributo da ação. Assim, o idealismo e o realismo são considerados por Bergson como dois sistemas de imagens distintos, mas que se relacionam para produzir a “coisa e a representação”. Por esse motivo, essa pesquisa procurou ao máximo transferir semelhante precisão do pensamento do autor, destacando a explicação passo a passo no modo como o primeiro capítulo desenvolveu o tema do corpo como imagem, ou melhor, os limites em que o corpo atua no espaço, e seu papel secundário quanto ao surgimento de representações, no entanto, mostrando a força do corpo em aprimorar o desempenho dos movimentos. Dessa forma, podemos afirmar que o primeiro capítulo desse livro buscará incessantemente a compreensão das operações do corpo, suas ações úteis, e seus resultados adequados quanto ao movimento, e sua capacidade criativa de escolhas, quer dizer, estados mentais ligados à “utilidade das ações”.

Esses dois grupos que correspondem a “conjuntos de imagens”, quer dizer, os corpos dinâmicos e os corpos estáticos, fazem parte do conceito de corpo e matéria: a realidade é

composta por imagens que agem e imagens que não possuem capacidade livre de agir, porém encontra-se em relação mútua entre todas as suas partes. Ao leitor atento não haverá dificuldade de colocar o conceito de corpo-imagem no contexto que Bergson propõe nas primeiras páginas do livro. Essa pesquisa acompanha a concepção bergsoniana de imagem, ou melhor, que ser imagem é propriedade do corpo e da matéria como um acordo comum entre esses termos.

Bergson se coloca na superação dessa querela entre essas principais correntes de pensamento antigas, isto é, que há um ponto em comum que relacionam empirismo e racionalismo, o antigo e o moderno. Não há necessidade de aprofundar as concepções antigas e modernas nessa pesquisa, pois parte desse empreendimento já foi detalhada nos capítulos 2 e 3 de *Matéria e memória*, motivando a pesquisa a ater-se, assim, apenas ao fato de tanto uma doutrina como a outra terem negligenciado o papel preponderante da memória dentro dessas concepções. Assim, o foco da pesquisa se mantém em investigar as operações do corpo e as operações do espírito no primeiro e no quarto capítulo de *Matéria e memória* respectivamente, evidenciando a novidade dessas relações e evitando reduzir os fenômenos da memória à faculdade da “imaginação”.

4.1. A posição privilegiada do corpo no campo de imagens

Bergson irá afirmar que os corpos dos viventes possuem uma situação privilegiada, que todas as imagens são capazes de se relacionarem e se associarem, e que o corpo é aquela imagem que percebe e sente afecções simultaneamente. Para Bergson, os corpos vivos são imagens que possuem uma apreensão interior e uma apreensão exterior, e é por esse motivo que o corpo possui uma posição privilegiada no mundo. Para Bergson, a imagem que representa o corpo é uma imagem privilegiada, porque é capaz de experimentar sensações por meio de sua percepção, e experimenta também as afecções que surgem como apreensão interna de seus próprios estados: o privilégio do corpo como imagem é o de integrar ambas as experiências, seja interior seja exterior ao corpo. Isso quer dizer que, para conseguir integrar todas as suas experiências, o corpo precisa conservar o passado e estar no presente: diante

dele nascem novas possibilidades de escolhas que podem determinar o futuro, ou pelo menos projetar uma abertura ao que há de vir. Acerca dessa imagem privilegiada no mundo Bergson escreve: “No entanto há uma que prevalece sobre as demais na medida em que a conheço não apenas de fora, mediante percepções, mas também de dentro, mediante afecções: é meu corpo”. (BERGSON, 1999, p.11)

Para Bergson, é importante que o leitor compreenda a dimensão interna e externa do corpo, o dentro e o fora. Essa delimitação pretende servir de base para explicar as condições que o corpo humano possui no mundo, e inclusive, a de que o tempo é o fundamento ontológico do real. Por isso, Bergson diz que o corpo encontra-se submetido “segundo leis constantes, que chamo leis da natureza”, (BERGSON, 1999, p.11). O que o autor pretende fazer é delimitar o papel dos elementos que ele chamou de “imagens”, quer dizer, o corpo e a matéria possuem propriedades idênticas, isto é, ambos são imagens de um modo geral; a relação entre essas imagens compõem o próprio campo de interação entre todas as imagens, no entanto, o primeiro é capaz de acrescentar algo de novo à história do universo, e o segundo conjunto de imagens possui o atributo de estimular as ações de modo rígido, ou seja, um efeito imediato sobre todos os corpos vivos, alcançando o restante da matéria. Assim, podemos afirmar que Bergson define a “matéria” como algo independente de qualquer aspecto subjetivo, ele vê a matéria nela mesma, afirmando que a matéria se encontra em relação de causa e efeito com esta subjetividade que os corpos vivos possuem, bem como com sua própria percepção sensorial das coisas.

O lugar privilegiado do corpo entra em jogo para delimitar alguns acontecimentos bem pontuais destacados por esse pensador francês, que poderíamos chamar de “fenômenos” exteriores, e que Bergson chamou de “estímulos” exteriores que afetam corpos viventes, que se opõem a um efeito de apreensão interior que os indivíduos sentem dentro de seus corpos como “afecções”. Essa distinção do “dentro e do fora”, feita pelo autor continua considerando os sentidos externos (percepções visuais, táteis, auditivas, etc) e internos (afecções, sensações), dessa aparente dupla experiência do ser vivente, Bergson se refere a possibilidade de apreensão integral da percepção por meio dessa imagem privilegiada no universo, isto é, o corpo do ser vivente e suas múltiplas possibilidades de ações sobre a matéria que o cerca lhe dá acesso ao todo da experiência.

O corpo-imagem, segundo Bergson, corresponde a um ponto no universo que possui a capacidade de reter uma quantidade enorme de movimentos do mundo, e de prolongar por meio das ações o movimento original que partiu do mundo até chegar ao seu próprio corpo:

“as condições em que essas afecções se produzem: descubro que vêm sempre se intercalar entre estímulos que recebo de fora e movimentos que vou executar” (BERGSON, 1999, p.11). O sistema nervoso do ser vivo entra em jogo: no entanto, Bergson solicita que o leitor considere os órgãos internos e seu funcionamento como processos, quer dizer, imagens de processos acontecendo. O autor irá garantir que todo esse funcionamento interno visa a ação útil do ser vivo. Assim, ele destaca o seguinte: “Percebo nervos aferentes que transmitem estímulos aos centros nervosos, em seguida nervos eferentes que partem do centro, conduzem estímulos à periferia e põem em movimento partes do corpo ou o corpo inteiro”. (BERGSON, 1999, p.13). E ainda: “os nervos aferentes são imagens, o cérebro é uma imagem, os estímulos transmitidos pelos nervos sensitivos e propagados no cérebro são imagens também”. (BERGSON, 1999, p.13)

Então é pertinente perguntar novamente: O corpo é imagem? A princípio podemos afirmar que sim, que Bergson irá atribuir a propriedade de ser imagem ao corpo do ser vivente, e ao próprio modo de agir do ser vivo, e agir conforme o autor, com certa liberdade de ação. O corpo inclui ação, ele é imagem, mas uma imagem que age considerando a utilidade de seus movimentos, ações que correspondem respectivamente a suas atividades próprias, ou melhor, que o corpo é capaz de escolher uma ação cada vez mais útil no mundo que o cerca por conta de sua situação privilegiada. Dentro dessa definição, o leitor poderá ser capaz de detectar um dos elementos primordiais da investigação filosófica de *Matéria e memória*, bem como o teor agudo que essa “ação em busca do que é mais útil” revela: o de destacar este “agir específico” dado como propriedade dos corpos viventes. Segue que:

parece-me que cada uma delas contém, à sua maneira, um convite a agir, ao mesmo tempo com a autorização de esperar ou mesmo de nada fazer [...], descubro movimentos começados, mas não executados, a indicação de uma decisão mais ou menos útil, mas não a coerção que exclui a escolha. (BERGSON, 1999, p.12)

Assim, o autor menciona a importância do órgão cerebral, e de como as operações desse órgão expressam a complexidade desde seu funcionamento mais básico de movimentos. Bergson realiza uma análise satisfatória acerca das operações do cérebro sem aprofundar o assunto no primeiro capítulo, privilegiando extrair o “conceito de ação” proveniente das concepções de cérebro como apenas um “órgão de ação”, feito para dividir, multiplicar, reduzir, e até cessar movimentos. Há de fato, um esboço de teoria da ação nas primeiras linhas do livro, mas essa primeira noção sobre o agir do ser vivo contém, *a priori*, a ideia de

delimitar as operações do cérebro e seus limites como imagem. Para introduzir o leitor na compreensão do papel do cérebro. Bergson escreve:

“É o cérebro que faz parte do mundo material, e não o mundo material que faz parte do cérebro. Suprima a imagem que leva o nome de mundo material, você aniquilará de uma só vez o cérebro e o estímulo cerebral que fazem parte dele” (BERGSON, 1999, p.13)

. E ainda:

“Fazer do cérebro a condição da imagem total é verdadeiramente contradizer a si mesmo, já que por hipótese, é uma parte dessa imagem. Nem os nervos nem os centros nervosos podem portanto condicionar a imagem do universo”. (BERGSON, 1999, p.13)

Aqui encontramos a tão estimada noção entre “continente e conteúdo”, isto é, a constatação de que o cérebro é incapaz de criar a representação do universo inteiro, e de que este último lhe precede: o cérebro apenas comunica ações, escolhe, transmite movimentos que podem ser a todo o momento solicitado ao ser vivo, isto é, os corpos dos seres vivos são centros de ações complexas predispostos a buscar a ação útil de seus movimentos sobre o ambiente que o cerca. A possibilidade de agir do corpo como centro de ações implica uma atividade de uma imagem especial; por enquanto o conceito de movimento tratado nesse ponto do livro é aquele movimento que o corpo recebe e que ficam restritos às operações capazes de instaurar no corpo um “hábito”, e este corpo emitirá respostas programadas aos estímulos externos e internos que lhe afetam.

Para Bergson, o papel do corpo é capaz de revelar seu próprio limite, e de mostrar que as ações realizadas por estes traduzem um constante aprimoramento gradativo da possibilidade de agir dessa imagem vivente, bem como, a possibilidade de explicar os mecanismos dos movimentos voluntários e movimentos involuntários intrínsecos a este “centro de ações”. Considerando esse ponto, Bergson destaca: “*Meu corpo, objeto destinado a mover objetos, é portanto um centro de ação; ele não poderia fazer nascer uma representação*” (BERGSON, 1999, p.14).

O espaço que cerca o centro de ações, isto é, a imagem do ser vivente estabelece o pano de fundo, digamos assim, dos planos de ações possíveis deste centro. A realidade desse centro de ações, segundo Bergson, é a possibilidade real que este centro possui de alterar o mundo material que o cerca por meio de ações: o mundo material é uma imagem mais ampla do que todas as imagens dos corpos vivos, podemos afirmar que existem níveis da matéria (níveis de duração) que se encontram em graus diversos, quer dizer, há uma diferença entre a matéria viva e a matéria morta em um nível complexo e profundo da realidade, uma imagem aparentemente estática da realidade material e a imagem de corpos ativos, predispostos à dinâmica de movimento e mobilidade espacial. Para Bergson, essas imagens vivas indicam um fundamental pragmatismo das ações, ao qual este filósofo considerou como fio condutor primordial para compreensão da análise psicológica da ação, conseqüentemente levando a conclusão crucial de que todos os membros, órgãos, nervos (centrípetos, centrífugos, sistema medular, etc), possuem restrição quanto a capacidade de criar imagens (representações), ou até mesmo reter essas imagens em algum compartimento orgânico cerebral. De fato, para Bergson, fazer essa distinção e compreender o papel do cérebro é conseguir dar um primeiro passo para conhecer a fundo a análise que anuncia a realidade do espírito, ao qual será consagrada com a explicação que Bergson faz nos capítulos subsequentes do livro. Antes, é preciso que o leitor siga até as últimas conseqüências a imagem dos corpos vivos e os limites de suas ações no mundo de imagens materiais. Por isso Bergson afirma: “o papel da imagem que chamo meu corpo era exercer sobre outras imagens uma influência real, e conseqüentemente decidir-se entre vários procedimentos materialmente possíveis”. (BERGSON, 1999, p.15)

Dessa forma, estabelecer os conceitos de corpo, matéria e movimento depende do discernimento em reconhecer o alcance das ações e, principalmente, o próprio ato de escolher ou não agir conscientemente em determinada situação quando esta for solicitada em dado momento no mundo. A imagem do ser vivente, como foi dito anteriormente, possui atributos que operam seguindo certas condições, isto é, o contato dos sentidos com os estímulos exteriores, e de como os corpos sentem a vida por dentro. Por isso é importante estabelecer o conceito de “contração” dos registros de toda espécie que se agregam a esta imagem viva na forma de lembrança: isso quer dizer que a memória é a fonte que preenche a percepção de algo que se encontra fora das imagens viventes, isto é, a percepção da matéria é a integração da memória à esta visada, este olhar para algo, os objetos que estão no raio de percepção dessas imagens que agem e reagem ao meio ambiente e da permanência desses “dados”, sendo

representados na apreensão interna desses sujeitos. Sobre o conceito de “contração”, Monegalha escreve: “para Bergson, não há estado consciente que não envolva alguma contração temporal: mesmo nossas sensações e afecções corporais somente podem despontar para nós na medida em que elas preenchem uma duração determinada” (MONEGALHA, 2016, p. 62).

É, portanto, com relação a esse ponto que Bergson introduzirá algumas análises sobre a relação entre percepção e afecções e, posteriormente, a distinção de natureza entre percepção e lembrança, ou melhor, uma aplicação metodológica da teoria da “percepção pura”, e a teoria da “memória pura” respectivamente. Assim, nosso filósofo questiona o seguinte: “minha percepção traça precisamente no conjunto de imagens, à maneira de uma sombra ou de um reflexo, as ações virtuais ou possíveis do meu corpo?” (BERGSON, 1999, p.16). Para exercer certos movimentos um corpo precisa de treino, repetição, e isso é algo que ocorre desde nossa tenra infância. Atos comuns como andar, falar, correr, pular, segurar, constituem um hábito, e a atividade dessas ações é algo que todo ser vivo precisa praticar visando alcançar o aperfeiçoamento desses movimentos. Nenhum ser humano é capaz de nascer com todas as possibilidades de ações, é necessário repetir certos movimentos ao longo da vida para adquirir certo hábito. No caso das ações virtuais de um ser humano, estas passam a existir no momento em acontecem, mantendo uma ligação forte com o futuro. O corpo vivo é capaz de reter e concentrar, inúmeras perspectivas que ampliem suas possibilidades de agir sobre as demais coisas ao seu redor: o corpo é imagem, e sua experiência em certo nível depende de mecanismos sensórios motores para ampliar seu campo de ação real e virtual, isto é, aquela ação associada ao futuro.

5. Capítulo IV: O Corpo vivo e o universo material

Não há dúvidas de que a delimitação metodológica bergsoniana visa fornecer mobilidade aos conceitos para compreender o substrato da realidade. Bergson destaca que a intuição se opõe aos próprios hábitos do corpo, o modo habitual no modo como as pessoas foram ensinadas a agir, fazendo abstrações no espaço (herança cartesiana). Sem dúvida, os limites demarcados na teoria da matéria bergsoniana, e na psicologia da percepção desse autor estão associados à atividade consciente da subjetividade, isto é, à duração e à totalidade extensiva da matéria.

Nesse sentido, a “percepção pura” recolocaria a matéria nela mesma, reconhecendo seu “grau mínimo de duração”, eliminando a propriedade da memória dessa percepção, tornando um fenômeno mais puro. O “grau mínimo” de duração surge como evidência essencial que liga a matéria com a memória pura. Para este pensador, a delimitação das imagens indicou aquilo que apenas a intuição poderia espelhar entre os objetos, um reflexo daquilo que se mostra atualmente na percepção, enfim, um meio de traduzir a existência das coisas por meio de uma imagem imediata da coisa mesma. Nesse ponto, compreendemos que Bergson produziu o conceito de “percepção pura” porque esse conceito nos convence que algo existe independentemente da mente no mundo físico.

O esforço investido nas próximas linhas pretende apresentar como Bergson irá dissipar aquilo que obscurece o “conhecimento puro”. Por isso que o autor não irá perder de vista a “teoria da ação”, e nem a análise do movimento que explicará como as sensações são incapazes de atravessarem a extensão do corpo, isto é, que as sensações não podem alterar a natureza de suas propriedades e atributos próprios, permanecendo estritamente na fisiologia da vida. Bergson irá até o limite das proposições epifenômenistas para encontrar aspectos qualitativos das sensações, digamos assim, mas essas sensações não são propriedades que compõem o fundo de uma “percepção concreta”, por exemplo, como se apenas a “percepção pura” fosse suficiente para alcançar algum conhecimento verdadeiro dessa estrutura no fundo de nossas experiências. A percepção pode ser compreendida separada da memória, e há dois aspectos distintos na percepção referente às “percepções táteis” e às “percepções visuais”, que explicam porque transferimos percepções táteis como se fossem as próprias percepções visuais sem distinguir a qualidade distinta dessas percepções.

5.1. O atributo da percepção

A investigação do corpo como substância material é inegável, no entanto o corpo é imagem, e o autor se opõe à noções fracas das concepções que reduzem o que chamamos de mundo material às propriedades estritamente da percepção, descrevendo a delimitação entre aquilo que encontra-se dentro do sujeito e aquilo que está fora dele, levando em conta a fonte de emissão e recepção de estímulos sensoriais. Quais os limites do alcance receptivo da consciência e, principalmente, quais são os mecanismos do inconsciente?

É curioso como a atividade dos órgãos sensório-motores cumprem um papel mecânico do corpo, e como de fato as percepções poderiam ser comparadas a receptores, que podem ser desligados sem o prejuízo de alterar a realidade das coisas que não dependem do corpo para existir. Vale destacar um exemplo descrito por Bergson de como facilmente a percepção de objetos desapareceria se houvesse uma lesão em alguns dos órgãos de percepção. Assim, conforme Bergson, temos: “o sistema de imagens no qual o bisturi não operou mais que uma mudança insignificante é aquilo que chamamos geralmente de mundo material [...], o que acaba de desaparecer é ‘minha percepção’ da matéria”. (BERGSON, 1999, p.17) O corpo é uma imagem que percebe, é uma imagem que vê outras imagens: seu limite é a imagem daquilo que se mostra, aquilo que se mostra são fenômenos de coisas que existem, ou melhor, a existência das coisas se relaciona com a capacidade que uma determinada imagem tem de perceber as outras, ou seja, o corpo do ser vivo é a fonte de percepções concretas. Bergson disse: “duas definições: *chamo de matéria o conjunto das imagens, e de percepção da matéria essas mesmas imagens relacionadas à ação possível de uma certa imagem determinada, meu corpo* (BERGSON, 1999, p.17). E esta passagem:

Há um sistema de imagens que chamo minha percepção do universo, e que se conturba de alto a baixo por leves variações de uma certa imagem privilegiada, meu corpo. Esta imagem ocupa o centro; sobre ela regulam-se todas as outras. (BERGSON, 1999, p.20)

Antes de investigar detalhadamente a parte que Bergson formula sobre a percepção como sendo um atributo do corpo-imagem, há ainda, a necessidade de extrair mais informações sobre o que o corpo como imagem é capaz de fazer segundo o pensamento de Bergson. Como afirma o filósofo, há uma impossibilidade deste corpo-imagem reter em seus órgãos motores a representação de coisas exteriores, ou seja, as próximas linhas desse trabalho pretendem exaurir as principais dificuldades que impedem a compreensão e o discernimento dos elementos que fazem parte dessa primeira teoria da ação, dos limites fisiológicos do corpo vivo, e em seguida, a teoria da “percepção pura” que coincide com o dado puro proveniente da matéria mesmo, considerando sua “imediatez” que se revela no contato com a consciência num “dado” presente, um experiência privilegiada de corpos que percebem o mundo exterior por meios de seus órgãos sensórios-motores simultaneamente.

Bergson apresenta os aspectos dessa mecânica do corpo considerando o alcance dos estímulos, seus limites próprios, para formular de modo adequado as variações que ocorrem

quando este corpo muda de posição, ou direciona seu interesse para qualquer outro ponto do universo material. Para Bergson, os movimentos diferem conforme a escolha que os seres vivos efetuam, levando em conta objetos diversos no espaço, inclusive, outros corpos capazes de responder com reciprocidade ou não à atuação dos corpos que interagem através de estímulos no meio em que vivem.

Bergson apresenta o significado de “discernimento” levando em conta a carga significativa desse termo, isto é, Bergson desintegra as propriedades e atributos da memória quanto à percepção, a delimitação desta, mostrando que essa atitude do filósofo é já uma mobilização intuitiva para extrair da experiência os “dados puros reais” que servem para fundamentar as duas principais teorias realizadas por Bergson em *Matéria e memória*: a “percepção pura” da matéria, e posteriormente, a “lembrança pura”, quer dizer, a unidade múltipla e virtual de todas as apreensões que o ser vivo foi capaz de reter em si próprio durante sua existência no mundo (todo o seu passado em estado latente), a contração de fenômenos que permitem ao sujeito representar algo que esteja visando, ou que foram anulados provisoriamente. Por isso Bergson disse o seguinte:

A matéria tornar-se assim algo radicalmente diferente da representação, e dela não temos conseqüentemente nenhuma imagem; diante dela coloca-se uma consciência vazia de imagens, da qual não podemos fazer nenhuma ideia. (BERGSON, 1999, p.18)

Portanto, o cérebro, conforme o pensamento bergsoniano, encontra-se limitado a extensividade, uma parte da realidade que o limita a produzir seus efeitos, isto é, o cérebro é capaz de escolher, selecionar os movimentos que traçam e anunciam a representação sem que com isso assumam a possibilidade de engendrar a representação, ou seja, há aqui uma cisão radical que separa a matéria daquilo que é inextensivo. Bergson questiona o seguinte, considerando que algumas doutrinas filosóficas reduziram o fenômeno das representações aos processos intracerebrais, ele diz:

A única dificuldade consistiria em fazer surgir dessas imagens muito particulares a variedade infinita das representações [...], as vibrações cerebrais *fazem parte* do mundo material e essas imagens [...], ocupam apenas um espaço muito pequeno da representação? (BERGSON, 1999, p.18)

Para Bergson, os que defendem esse aspecto da doutrina de reduzir as representações ao papel do cérebro fazem isso de forma “arbitrária”, e não conseguem mostrar, de modo positivo, como o cérebro seria capaz de criar uma representação. Essa demarcação do lugar do corpo e das suas possibilidades de formular imagens exteriores fornece ao leitor de *Matéria e memória* a possibilidade de distinguir o lugar da matéria e o lugar do espírito, ou melhor, esse é um dos principais eixos defendidos por Bergson no livro, e que, de certa forma, esclarece as contradições entre as principais doutrinas de sua época referentes ao papel do corpo e seus limites, quer dizer, a impossibilidade de órgãos sensoriais e motores de criarem representações que não fazem parte da natureza extensiva. As operações do corpo assumem uma parte importante na configuração da realidade, no entanto, não é apenas por um lado que essa realidade existe.

Bergson vai dizer que existem as dimensões do atual (o presente do sujeito) e do virtual (o passado do sujeito), e de como cada parte constrói sua própria possibilidade de existência real. A ação do ser vivo é primordial, tanto quanto sua reação aos estímulos exteriores que se transformam em possibilidades de “procedimentos virtuais” dos sujeitos, quer dizer, ações futuras em direção a algo que interesse o agente, e as operações do corpo-imagem dos seres vivos procedem de variações e dinâmicas internas de seus órgãos, como o cérebro e aquilo que Bergson chamou de “funções reflexas da medula espinhal”. (BERGSON, 1999, p.19) Em síntese, Bergson vai dizer o seguinte: “o papel da matéria nervosa é conduzir, compor mutuamente ou inibir movimentos” (BERGSON, 1999, p.19), simplificando de modo preciso a complexidade da existência em um jogo com os corpos ativos do mundo.

É necessário considerar que Bergson realiza críticas ao materialismo e ao dualismo vulgar que reduzem as funções dos sistemas internos do corpo como produtores de representações, ou até mesmo, num sentido epistêmico, em que essas funções seriam capazes de fornecer algum conhecimento que permitisse a compreensão da relação entre suas partes, bem como o modo como se dá a relação entre essas partes. Bergson questiona acerca desse problema o seguinte:

a ficção de um objeto material isolado não implicará uma espécie de absurdo, já que esse objeto toma emprestado suas propriedades físicas das relações que ele mantém com todos os outros [...], ao lugar que ocupa no conjunto do universo? (BERGSON, 1999, p.20)

Assim, fica evidente que a extensão da conta da funcionalidade do corpo vivo, e que essas funções seriam incapazes de serem transferidas para o campo inextenso da realidade como fonte de sua existência: mas Bergson não nega a participação dessas operações em todo o processo, até seus respectivos limites psicofisiológicos. Portanto, as condições que a análise bergsoniana considera acerca da diferença entre dois sistemas recíprocos, é o campo de imagens de corpos vivos e o campo de imagens da matéria morta. Assim, temos:

Como se explica que as mesmas imagens possam entrar ao mesmo tempo em dois sistemas diferentes, um onde cada imagem varia em função dela mesma e na medida bem definida em que sofre a ação real das imagens vizinhas, o outro onde todas variam em função de uma única, e na medida variável em que elas refletem a ação possível dessa imagem privilegiada? (BERGSON, 1999, p.20)

E por fim:

Para solucionar o debate, é preciso encontrar primeiro um terreno comum onde se trava a luta, visto que, tanto para uns como para outros, só apreendemos as coisas sob forma de imagens, e somente de imagens, que devemos colocar o problemas. (BERGSON, 1999, p.21)

Sem a aceitabilidade do campo de imagem proposto experimentalmente por este filósofo, não há possibilidade de avançar na busca de solucionar possíveis problemas entre as relações de apreensão interna e externa ao corpo, nem o alcance de “dados puros” da matéria e da memória por meio da intuição filosófica bergsoniana, impedindo a consciência de ter um contato real com a totalidade que o cerca, seja da matéria, seja do espírito.

Bergson elabora uma concepção ontológica da matéria ao estabelecê-la como um campo de imagens, onde a própria natureza da matéria pode revelar sua dimensão de um modo mais amplo quando a análise ocorre em termos de tempo, e não de espaço. Isso quer dizer que Bergson tratará do conceito de percepção e seu papel em relação ao corpo, antes de adentrar no tema da “temporalidade”, e definir aquilo que ele chamou de “Duração”, pois esta última ultrapassa enormemente o universo material que cerca os sujeitos.

Portanto, “matéria é o conjunto das imagens”, e “percepção da matéria” é a própria matéria, no entanto, é a matéria em relação com possibilidade de percepção e ação de todos os corpos vivos envolvidos nesse processo total. Os corpos vivos são “centros de ações”, corpos que escolhem agir em direção aos seus próprios interesses vitais objetivos, e subjetivos.

5.2. A matéria é imagem?

Além de o corpo ser considerado como imagem, a matéria, segundo Bergson também precisa ser considerada como uma imagem. Para Bergson os dois sistemas de imagens, um que compõe a totalidade dos corpos vivos, e outro que compõe a totalidade da matéria morta dividem o real. A diferença, segundo o filósofo entre esses dois sistemas, é que o primeiro sistema de imagens “possui uma imagem como centro”, e o segundo sistema de imagem “não possui uma imagem central privilegiada”. Para Bergson cada sistema de imagens basta a si mesmo, e não há necessidade de um sistema tentar derivar o outro, pois isso levaria a uma impossibilidade fadada ao fracasso. Sobre isso Bergson escreve: “A questão colocada entre o realismo e o idealismo torna-se então muito clara [...], o idealismo subjetivo consiste em fazer derivar o primeiro sistema do segundo, e o realismo materialista em tirar o segundo do primeiro”. (BERGSON, 1999, p.21)

Assim, a definição de realismo é feita por Bergson, justamente destacando um “sistema de imagens sem centro”, que segue uma mecânica rígida de causas e efeitos, uma doutrina que se arrisca a determinar a estrutura do universo inteiro. Bergson identifica essa doutrina como predominantemente cientificista. A força desse mecanicismo segue leis rígidas, e como disse Bergson, efeitos proporcionais às suas próprias causas. É dessa convicção que o realista extrai seu suposto conhecimento da realidade. Portanto, o leitor de *Matéria e memória* irá identificar a mudança conceitual num ponto no qual o realismo se apropria de uma noção homogênea da realidade material para impor rigidez acerca de suas proposições e asserções daquilo que é real no mundo, e assim, de forma arbitrária, fazer o realismo adquirir uma suposta flexibilidade conceitual ao excluir uma imagem central de seu sistema, e atribuir efeitos proporcionais de forma mais cômoda. Por isso nosso filósofo escreveu:

O realismo parte [...], de um conjunto de imagens governadas em suas relações mútuas por leis imutáveis, onde os efeitos permanecem proporcionais às causas, e cuja característica é não haver centro, todas as imagens desenvolvendo-se em um mesmo plano que se prolonga indefinidamente. (BERGSON, 1999, p.22)

Essa pesquisa levou em conta abordar esse embate entre doutrinas justamente porque nesse conflito encontramos a distinção não só entre um sistema de imagens e outro, como

também a distinção entre a heterogeneidade e a homogeneidade que cada sistema de imagens produz e que pode ser compreendido por meio do aspecto sensorial e motor dos corpos vivos, quer dizer, os sistemas de “imagens com centros de ações”, diferente da realidade da matéria que se encontra ao redor de seu corpo. Mas para Bergson, essa polarização do realismo revela uma contradição quando o realismo tenta derivar um sistema oposto, isto é, um sistema de imagem com um centro apenas para ligar um suposto esquema de efeitos e causas (“um deus *ex machina*”, por exemplo), ignorando que as imagens dos corpos vivos possuem *percepções* que acompanham todas as modificações que pode sofrer num determinado espaço.

Quando Bergson define o idealismo, isto é, a indicação de sua fonte como sendo o sistema de imagens possuindo uma imagem central, um centro de ações livres, é que ele insere uma noção forte de sua “teoria da memória”. Mas como já foi dito antes, este pensador irá abordar antes as propriedades da percepção e se há limites para seu alcance da experiência real, bem como, as dificuldades que realismo e idealismo enfrentam para determinar suas respectivas causas e efeitos mediante algumas condições prévias, e assim, em seguida adentrar de modo mais detalhado na teoria da memória espiritual no final do livro.

6. Capítulo V: A teoria dos graus de duração

6.1. Os aspectos gerais que relacionam o corpo e o espírito

Essa parte da pesquisa foi escrita com base no quarto capítulo de *Matéria e memória*, e possui o mesmo objetivo que a primeira parte desse trabalho: tornar explícito o método bergsoniano, quer dizer, abordar aquelas teorias que ajudam a delimitar o papel do corpo e da memória. O quarto capítulo do livro mostra como o autor extraiu os dados puros da consciência. Desse modo, a consequência da aplicação do método em *Matéria e memória* levou o autor a formulação dos conceitos de “percepção pura”, e “lembrança pura”. Vale dizer, que Bergson estava juntando os dados que ia alcançando em cada etapa de sua obra, e jamais se absteve daquilo que chamou “os dados imediatos da consciência”. O alcance do método possibilitou o conhecimento da relação entre os dados em suas próprias fontes, quer dizer, a quantidade e a qualidade dos fenômenos que participam da experiência propriamente humana. O rigor do método bergsoniano considera as proposições mais aceitas acerca da

homogeneidade e a heterogeneidade entre a matéria e a atividade humana, isto é, o seu próprio corpo. Podemos afirmar que parte do método depende da noção de imagem das coisas, de enxergar o mundo como “representação”.

Nesse sentido, ao final do livro Bergson resgata as conclusões que ele chegou sobre a atividade sensório-motora que coordena todo o corpo, de não perder de vista o potencial da “ação humana”, permitindo saber como se constitui o interesse de agir de cada indivíduo. Desse modo, foi de fundamental importância investigar os planos de ações que os seres vivos estabelecem para alcançar a satisfação de alguma necessidade conforme o primeiro capítulo do livro, e Bergson irá enxergar o ser humano em contínua mudança evolutiva em cada uma de suas etapas fisiológicas, afirmando que o corpo continua atuando tanto no aspecto quantitativo (“orientado para a ação), como no aspecto qualitativo na “contração do passado”. Segundo Bergson, o corpo possui a predisposição de estar orientado para uma ação determinada por seu íntimo interesse. Essa ação para Bergson é um estado “atual”, presente do seu corpo, e seus planos de ações tem como fonte um estado “puramente virtual”, essa distinção entre o atual e o virtual está ligada a uma das ideias diretrizes do pensamento bergsoniano em *Matéria e memória* referente a “teoria dos graus de duração”.

Essa teoria “dos graus de duração” é capaz de explicar em que nível encontram-se ligados o corpo e o espírito, e nossa pesquisa possui o objetivo de tornar mais claro como Bergson aplica os princípios de seu método para compreender e discernir a relação entre as propriedades do corpo e do espírito. Assim, é necessário abordar os temas referentes ao mundo material, os atos de percepção, e os estados de consciência imediatos dos sujeitos, tal como foi feito nas linhas anteriores desse trabalho.

Acerca da teoria bergsoniana dos graus de duração, Monegalha escreve:

Por meio dessa teoria Bergson buscará determinar as relações gerais entre o espírito e o corpo, assim como estabelecer a estrutura geral do trabalho intelectual [...], é através do processo de reflexão das lembranças em nosso campo perceptivo que uma lembrança deixa seu estado inicial puramente virtual para paulatinamente trazer algo de atual. (MONEGALHA, 2016, p. 130)

Nesse caso, Monegalha concorda que, para Bergson, o corpo possui limitações que estão condicionadas ao alcance dos próprios sentidos, e que seus sentidos possuem uma atividade delimitada (sentidos que se diferenciam entre si), revelando ao mesmo tempo,

amplios resultados que indicaram que existe a possibilidade de conhecer a essência da matéria, o alcance da percepção (com mais ênfase nas percepções táteis e visuais), e de como ocorre a apreensão das coisas feita pela memória. Esse alcance “sensório-motor” como havia mencionado antes, compreende o modo como o corpo reage aos “estímulos exteriores”, a constituição quantitativa de movimentos (certa qualidade também) que o corpo oferece devido a sua situação no mundo. O corpo do ser vivo participa do todo, e as leis desse todo lhe afetam, Bergson diria.

Desse modo, a proposta dessa pesquisa é apenas chamar a atenção para algumas concepções errôneas defendidas tanto por realistas quanto por idealista acerca da percepção da matéria, e também apresentar parte dos conceitos que tornam mais claro o conhecimento das condições imposta aos seres vivos de algo que ocorre independente de seu corpo, ou melhor, toda a análise bergsoniana referente às operações do corpo, os atos de percepção, e o funcionamento próprio da consciência (“memória”) na superação de um suposto “dualismo intransponível entre o corpo e o espírito”, entre “qualidade e quantidade”, “heterogeneidade e homogeneidade”.

Assim, podemos afirmar conforme Monegalha que Bergson apresenta uma solução para essa dificuldade de relação entre esses dois elementos, a saber, o corpo e o espírito no seguinte trecho:

nosso corpo já possui uma temporalidade nuclear, que lhe permite contrair seu passado imediato [...], o presente corporal concreto consiste num pequeno campo temporal sensório-motor, no qual o lado ‘sensório’ indica exatamente essa capacidade do organismo de reter seu passado imediato sob a forma de sensações elementares. (MONEGALHA, 2016, p. 130)

Portanto, a teoria dos graus da duração apontará para outras duas teorias que confirmam as suspeitas de Bergson de que existe uma ligação entre o corpo e o espírito quando realiza uma aproximação entre essas duas teorias: a “percepção pura” e a lembrança pura (ou “memória espontânea”).

O conceito de percepção de um modo geral, para o autor, opera a todo instante com a ajuda da memória, mas se a memória não estiver na percepção, a matéria se mostrará nela mesma. O meio pelo qual a percepção se constitui foi descrito de um modo amplo e significativo por meio da teoria da “percepção pura”.

É de fundamental importância compreender os postulados que foram criticados pelo autor para diminuir a dificuldade acerca da matéria, da “psicologia da percepção”, e quais são as propriedades da “consciência” que se relacionam com a matéria. Por isso, Bergson ataca os seguintes postulados em seu livro: “entre diversos gêneros de qualidade não há nada em comum; 2) não há nada em comum, da mesma forma, entre a extensão e qualidade pura”. (BERGSON, 1999, p. 249)

Contra esses postulados aceitos tanto pelo idealismo quanto pelo realismo, Bergson escreve:

Sustentamos, ao contrário, que há algo em comum entre qualidades de ordem diferente, que todas elas participam da extensão em graus diversos, e que não se pode desconhecer essas duas verdades sem embaraçar em mil dificuldades a metafísica da matéria, a psicologia da percepção. (BERGSON, 1999, p. 249)

Esse trabalho considerou importante destacar as referências que indicam quando Bergson está examinando o instante em que a percepção entra em contato com a matéria, mantendo a hipótese de que essa percepção visual, por exemplo, está continuamente ligada ao processo “sensório-motor”. O primeiro capítulo dessa pesquisa destacou inúmeras informações do modo como Bergson examinou a percepção específica de todos os sentidos. Esse pensador aplicou um princípio metodológico rigoroso de inserir o movimento como atributo de todas as intenções de ação do corpo, inclusive os movimentos involuntários que surgem nesse corpo em cada situação que se encontra. Portanto, todas as percepções coordenam os movimentos do corpo enquanto estiver em atividade completa com ele. A perda da percepção visual, segundo Bergson, não anulará a “disposição” que um sujeito possui quantitativamente ou qualitativamente com o espaço: “mas esses movimentos não podem mais ser coordenados a impressões visuais”. (BERGSON, 1999, p. 45) A questão é: o elemento sensório-motor foi interrompido? A resposta fisiológica não responderá com ações se houver uma lesão nos nervos óticos, por exemplo. Apenas os outros sentidos serão o suporte para solicitar movimentos: as percepções táteis e auditivas, etc, “e no cérebro se desenhará certamente um novo arranjo”. (BERGSON, 1999, 45) Por isso, Bergson foi levado a ter que explicar como o movimento se relaciona com as sensações, e quais as respostas possíveis aos estímulos exteriores.

A variabilidade como essas operações fisiológicas ocorrem são extremamente complexas, por isso que o autor se concentra em analisar aqueles órgãos que participam de modo mais predominante no ato do ser vivo: o cérebro e a medula espinhal. Um animal mais

primitivo não sabe aproveitar as propriedades de algumas imagens por manter-se dependente das necessidades da ação; para Bergson, esse animal primitivo já possui potencial próprio de ação, inclusive, o de ter determinado grau de “consciência” para agir no meio que vive: o ser vivo irá se proteger para manter a integridade de seu corpo instintivamente. Então, o corpo e a percepção em um sentido mais forte servem para separar, selecionar, mover, fazer “recortes” da realidade exterior em função de alguma ação, relacionar formas de agir enquanto a memória realiza apreensões de forma adaptada aos desejos do corpo, de modo que o corpo não seja o órgão responsável por criar algum tipo de conhecimento ou representações por meio de uma fonte sensorial, o que enfraquece as proposições do realismo vulgar que não explica a passagem do extenso ao inextensivo. “No que diz respeito à percepção, nosso corpo, pelo lugar que ocupa a todo instante no universo, marca as partes e os aspectos da matéria sobre as quais teríamos ação: a percepção, que mede justamente a nossa ação virtual sobre as coisas” (BERGSON, 1999, p. 209).

Acerca das proposições do “realismo vulgar” que devem ser evitadas, Bergson escreve:

as dificuldades do realismo vulgar vêm de que, o parentesco das sensações tendo sido extraído e posto à parte na forma de espaço indefinido e vazio, não vemos mais como essas sensações participam da extensão nem como se correspondem entre si. (BERGSON, 1999, p. 254)

Sobre a “ação virtual”, o quarto capítulo é cheio de concepções que facilitam o entendimento sobre esse assunto, no entanto o que nos interessa no momento é descrever alguns desses atributos da percepção, e descrever apenas os aspectos qualitativos que decorrem do uso da percepção.

É essa delimitação feita por Bergson que fortalece o interesse dessa pesquisa de destacar o modo como cada sujeito se apropria do uso das “operações do corpo e do espírito”, e de como esse pensamento contribui filosoficamente na reflexão desse trabalho quando destaca que o corpo é um empecilho para acessar a realidade do “espírito”.

Temos a necessidade de chamar a atenção para a análise que este autor realizou sobre o problema “mente-corpo”, e dos resultados dos embates entre algumas doutrinas que mantinham o paradigma realista ou idealista da época sobre esse assunto. *Matéria e memória*

merece atenção em todas as suas páginas, sem dúvida, no entanto, cremos que essa pesquisa é capaz de despertar o interesse do leitor em conhecer as contribuições desse curto trabalho que tece algumas linhas sobre o corpo, a percepção e a relação profunda destes com a memória.

Bergson alcançou alguns resultados significativos por meio daquele método que detecta o “dado imediato” da consciência, e de como o “agir” (“imperativo da vida prática”), predomina sobre as operações que este filósofo definiu como operações do “espírito”. Procurando manter o que foi exposto no livro, sobre a aplicação do método que investiga como os estados de “consciência” se relacionam com as coisas, resgataremos aquele instante que essa pesquisa considerou, isto é, que os “estímulos exteriores” surgem de outros corpos que podem influenciar as decisões dos sujeitos, chamando atenção para o que consideramos ter sido algumas das preocupações que Bergson teve sobre o “papel do corpo”, quer dizer, Bergson compreendia a existência de um ponto que liga a parte fisiológica com aquilo que ele chamou de “espírito”. Bergson procurou delimitar muitos elementos que participam “do real”, o “papel” que cada um desses elementos cumpre na constituição da passagem da psicologia à metafísica da realidade.

Essa pesquisa mobilizou extremo esforço para compreender não apenas a complexidade do pensamento bergsoniano em *Matéria e memória* no primeiro capítulo do livro que trata da delimitação do corpo, como também, o entendimento daquilo que trata dos aspectos imateriais que a teoria da memória bergsoniana possui no quarto capítulo do livro.

Vale a pena ressaltar um questionamento no primeiro capítulo desse trabalho para saber se o “corpo é uma imagem”. Chegamos a conclusão que na concepção de Bergson, o corpo de fato é uma imagem, mas não apenas o corpo mas todo o restante da matéria. Além de ser uma imagem, o corpo possui uma posição privilegiada na experiência de vida, e suas propriedades e atributos contribuem para oferecer uma ação cada vez mais útil sobre a matéria. Esse mesmo elemento pragmático da ação, segundo Bergson, encontra-se no presente vivo do sujeito, é no instante de vida que está a possibilidade de criar o novo, para Bergson é um momento chave para criar aberturas ao porvir. Para compreender melhor esse conceito de presente vivo, Monegalha destaca da seguinte forma:

“nosso próprio *campo perceptivo* é isto: um campo de ações possíveis, entre as quais podemos efetuar uma *escolha*, isto é, decidir qual delas iremos efetivar [...], este campo de ações virtuais também constitui um *campo de indeterminação* a circundar a ação efetiva do ser vivo”. (MONEGALHA, 2016, p.27)

E ainda:

“o corpo é o único meio que possuímos para levar a cabo uma *ação real* (e não somente virtual) no mundo [...], a futurização envolve sempre uma atenção à nossa vida orgânica, que a consciência de um ser vivo está constantemente *preocupada*”. (MONEGALHA, 2016, p.27)

Nossa questão agora possui outro alvo: Quais as propriedades e atributos que valeria a pena destacar sobre a suposta realidade do espírito? O espírito é a representação real das coisas? Desse modo, esse trabalho tentará oferecer, conforme Bergson, uma resposta satisfatória a essas questões. Porém, ao logo dessas linhas, iremos tentar propor outras questões que ajudem no aprofundamento da compreensão não apenas de termos isolados como: corpo, alma, ou espírito, mas aos postulados ou sentenças que relacionem esses termos considerando certa equivalência conceitual entre eles e a aplicação metodológica que existe em Matéria e Memória, quer dizer, nossa pesquisa pretende ultrapassar as convicções formuladas pelas doutrinas “materialistas e espiritualistas” que são equivocadas acerca daquilo que é da natureza da extensividade, e que não possui, segundo essas doutrinas, aspecto qualitativo algum em sua própria composição. Então porque Bergson tenta erigir a realidade do espírito se ele não concorda com as conclusões que o espiritualismo de sua época pretende chegar? Tentaremos responder essa questão em um capítulo específico para explicar a distinção entre a realidade do espírito defendida por Bergson, e aquele espiritualismo que o autor não concorda.

Contra o materialismo, como sabemos, Bergson irá opor-se radicalmente, visto que essa corrente de pensamento procurará reduzir a consciência a apenas um “epifenômeno” ao qual teria sua fonte na origem de processos físico-químicos produzido pelo corpo, ou melhor, nas complexas “funções do cérebro e a medula espinhal”. De fato, o primeiro capítulo dessa pesquisa tentou exaurir as contradições e erros envolvidos nesse problema. No entanto, há uma necessidade em retornar a algumas conclusões que surgem dessa corrente de pensamento, justamente, para delimitar e distinguir qual o papel do espírito na experiência do sujeito de modo integral, neutralizando qualquer possibilidade de reducionismo do fenômeno imaterial da memória.

Portanto, segundo Bergson, não há necessidade de qualquer reducionismo das propriedades da memória, pois a própria vida psicológica dos sujeitos depende do elemento pragmático do qual já informamos em linhas anteriores, a “ação útil”. Vamos recordar por

meio de uma passagem esses limites que já foram determinados por esse autor: “a orientação de nossa consciência para a ação parece ser a lei fundamental de nossa vida psicológica” (BERGSON, 1999, p. 210).

Ao dizer que há uma “lei psicológica”, Bergson está nos informando sobre certa predisposição na ação do sujeito, e que esta ação específica é um atributo dos corpos ativos, e que as ações que esses corpos realizam estariam buscando um elemento prático da vida referente à sua mobilidade e sobrevivência no mundo. Podemos afirmar que o único lugar da liberdade é no corpo do sujeito, e de certa forma, a restrição das ações (um estado de espera), encontra-se em algumas atividades complexas do corpo, pois este corpo que é o “centro de ações” (“centro de indeterminações”) ao qual possui a capacidade de agir voluntariamente, ou involuntariamente com base em seus mecanismos motores já instalados em seu corpo na forma de hábitos. Grosso modo, podemos dizer que o corpo escolhe aonde quer chegar quando estiver em posse de sua consciência, no entanto, se este corpo cair no automatismo de suas ações, a liberdade de escolher estará comprometida de certa forma. Mas alguém pode perguntar: não poderia um corpo programar os movimentos que considera mais adequados para a ação, ou dizendo de outra maneira, negar certa liberdade? Normalizar as suas ações com base em dogmas ou regras morais? Qual é então o conceito de liberdade para alguém que associa a liberdade à movimentos que já não fazem parte da consciência de escolha do sujeito que age? Para considerar essas questões, o ideal é que não se confunda ações voluntárias, que partem de escolhas conscientes, com ações involuntárias, que possuem sua fonte no hábito de movimentos que foram instalados no corpo e que surgem sem os comandos do sujeito.

Essa é uma das delimitações que Bergson estabelece quando trata da “teoria da ação” ao longo do livro. Vejamos uma descrição do exemplo do cone que se encontra no terceiro capítulo do livro que indica o espaço de liberdade e captação de dados puros da realidade segundo Bergson: Se um ponto “S” representa o limiar extremo de uma consciência, que este ponto representa de fato o presente motor do corpo, a percepção pura desse sujeito os “colocaria na matéria”, no entanto, é pelo fio condutor da “memória” que Bergson irá dizer que chegamos ao que ele chamou de “espírito”, já que há singularidade entre os elementos envolvidos nessa experiência que mistura percepção e memória dessa multiplicidade de fenômenos exteriores e interiores. Vejamos o que Bergson afirma sobre essas projeções, e se de fato elas chegam até nós, ou se somos nós que projetamos imagens: “É verdadeiramente na matéria que a percepção pura nos colocaria, efetivamente no espírito que penetraríamos já com a memória”. (BERGSON, 1999, p. 210).

Assim, para esse filósofo, podemos dizer que para ter acesso ao “Espírito”, precisaríamos considerar o fio condutor da memória, e considerar os inúmeros atributos que esta *Memória* possui, separadamente da percepção. Essa pesquisa resolveu tratar de alguns desses atributos, a saber, destacar os dois tipos de memória que segundo Bergson, é a chave de acesso ao “Espírito”: “a memória pura, e a imagem-lembrança”. A memória pura, segundo o autor, é aquela memória que possui uma lei rígida de funcionamento, ela seria capaz de registrar tudo que esteja ao redor do sujeito, quer dizer, a memória pura seria capaz de registrar tudo que esteja ao alcance desse sujeito, e até mais além de suas percepções conscientes, isto é, todos os objetos materiais que o circunda são registrados independentemente da vontade do sujeito. Num primeiro momento, é razoável considerar que essa memória pura se constitua apenas por aqueles dados que chegam aos sentidos do sujeito de modo consciente, que este tenha a liberdade de escolher o que registrar quando quiser. Mas Bergson dirá que não, que a memória pura possui um papel crucial na constituição de seus conteúdos, e que ela não excluiria nada da realidade mesmo que o sujeito não queira: seja aquele “conjunto de imagens do mundo material”, seja aquele “conjunto de imagens de corpos vivos”, todos esses dados são registrados por um indivíduo. Esses dois planos de imagens são absorvidos pela memória pura tanto no nível consciente, quanto no nível inconsciente. Por isso, nossa pesquisa suspeita que esses limites físicos submetem-se a imanência da memória pura porque esta é capaz de alcançar, ou melhor, ultrapassar qualquer efemeridade extensiva no sentido de que nada passa despercebido pelo seu potencial de registro extensivo, e que na verdade, essa memória pura absorve todos os dados por meio de um fenômeno múltiplo de experiências que é apenas delimitado por níveis diversos de ser, quer dizer, a “memória pura” é capaz de registrar todos os fatos do universo, no entanto, em “graus de duração distintos”, ao quais os corpos são incapazes de obter todas as “nuanças imediatas” de toda essa realidade. Assim, essa pesquisa tende a afirmar que os limites que a “memória pura” possui são determinados pela própria duração bergsoniana ao qual irá admitir infinitos “graus de duração”, tanto da matéria, quanto do espírito. Acerca desse ponto, Monegalha nos informa: “Em tudo isso começamos a vislumbrar aquilo que constitui simplesmente o ponto nodal de toda a filosofia bergsoniana, a saber, a sua teoria dos *graus da duração*”. (MONEGALHA, 2016, p.27)

Essa pesquisa reconhece a cegueira fundamental que atrapalha a compreensão do grau desses níveis de existência e constituição de cada fenômeno da realidade que se mostra e faz sentir, o qual requer revisão de nosso modo de colocar o problema na sua forma mais

adequada, quer dizer, trazer à tona a reflexão acerca das proposições levantadas pelas doutrinas que procuram oferecer alguma resposta acerca daquilo que determina a realidade das coisas, bem como, a liberdade do ser humano no mundo. Nesse sentido, Bergson faz uma crítica na tentativa de restabelecer a posição dessas doutrinas: “A obscuridade do problema, em todas as doutrinas, deve-se à dupla antítese que nosso entendimento estabelece entre o extenso e o inextenso” (BERGSON, 1999, p. 211).

Assim, nosso próprio “entendimento” obscurece o problema, criando a confusão que impede de enxergarmos a ligação real, que segundo Bergson, existe entre o “extenso e o inextenso”. Assim, Matéria e espírito são substâncias que coincidem. Diferente de Descartes, Bergson não atribui a natureza do espírito à extensividade, Bergson se diferencia de Descartes justamente por colocar cada termo no seu devido contexto, mostrando, por outro lado, que o espírito não é um epifenômeno que nasce de uma fonte material, algo muito diferente da teoria do “paralelismo psicofísico” de sua época, que admitia apenas a dicotomia entre o extenso e o inextenso em termos ora extensivos, ora inextensivo sem nenhuma relação entre si. É justamente sobre essas teorias que Bergson tentará um ajuste conceitual, ao qual depende toda a metafísica que for se debruçar sobre esse tipo de problema, isto é, a relação entre aquilo que faz parte da natureza da matéria, e aquilo que pertence aos domínios da realidade espiritual. Por isso o trecho seguinte, escrito por Bergson, é capaz de aclarar toda essa análise que tem sido exposta, reforçando a ideia de que há uma relação de proximidade entre essas concepções daquilo que é material e o que não é matéria do seguinte modo:

É incontestável que o espírito se opõe inicialmente à matéria como uma unidade pura se opõe a uma multiplicidade essencialmente divisível [...], nossas percepções se compõem de qualidades heterogêneas enquanto o universo percebido parece dever resolver-se em mudanças homogêneas e calculáveis. (BERGSON, 1999, p. 211)

Então qual é o modo adequado ao qual podemos dizer que o espírito se realiza, ou melhor, como podemos mostrar a suposta transição disso que Bergson deu o nome de “espírito”, se o universo é composto por matéria? É por isso que essa pesquisa precisa responder essa questão, e explicar como Bergson define a propriedade e os atributos não só da matéria, mas também, do “espírito”. Essa pesquisa suspeita que para oferecer uma resposta satisfatória a estas questões é necessário considerar duas teorias bergsonianas que servem como *modus operandi* para chegar ao entendimento dessas noções, e em seguida, avançar para tentar compreender de forma clara aquilo que ligaria o aspecto extensivo com o inextensivo no livro *Matéria e memória*. Assim, é inevitável não retornar ao conceito de “ato

de percepção” no pensamento do autor, e distinguir o quanto a percepção contribui para aquisição de dados puros da matéria (*percepção pura*), e de não confundir a lembrança-imagem, com aquilo que Bergson chamou de “memória pura” do qual já tratamos superficialmente nas linhas anteriores desse trabalho.

6.2. A percepção pura da matéria

Na tentativa de recolocar os elementos em seus respectivos lugares, e de delimitar o papel de cada propriedade e atributo, tanto da matéria (extensão), quanto do espírito (inextenso), Bergson precisa destacar alguns elementos da percepção que não podem ser ignorados. Esse autor precisa determinar esses pontos para alcançar uma certeza crucial que não estaciona apenas em separar esses dois termos, quer dizer, a extensão e inextenso, mas também, fazer um esforço para uni-los, isto é, revelar o fio que liga aquilo que faz parte da extensão com aquilo que não está na realidade extensiva, e encontrar o estado imaterial que não é propriedade da matéria. Assim Bergson escreve: “A teoria da percepção pura de um lado, da memória pura do outro, prepararia então o caminho para uma reaproximação entre o inextenso e o extenso, entre qualidade e quantidade.” (BERGSON, 1999, p. 212)

Podemos afirmar que um dos principais argumentos utilizados por Bergson é o de não dizer que o corpo possui mais daquilo que pode fazer, quer dizer, que há um limite ao qual o corpo irá participar em uma experiência, que o corpo irá depender antes da capacidade de seus próprios sentidos para em seguida, realizar uma suposta “projeção” de seu interior para algo que ele observa fora de si. Sobre a possibilidade de “projetar” imagens de dentro de si para fora de si, Bergson deixa uma grande ressalva para não incorrer nesse erro conceitual: as coisas que aparecem para um observador não são projeções de seu cérebro para o mundo externo, na realidade, Bergson irá afirmar que essa imagem encontra-se nela mesma, e independe do sujeito que esteja captando seus dados. De outro modo, o que esse filósofo quer mostrar é que o corpo é responsável por preparar o funcionamento da percepção, sem ultrapassar seus respectivos limites, e sendo assim, o corpo seria incapaz de fazer “nascer uma representação” das coisas. Seu papel, como já foi descrito em linhas anteriores, é bem delimitado, específico, dotando o corpo apenas de um caráter comunicativo no sentido de transmitir apenas “movimentos” que recebe de fora como um tipo de “central telefônica” que se restringe apenas em direcionar para os aparelhos motores respostas aos estímulos que o corpo recebeu do mundo exterior. O que reforça a ideia de que o corpo estaria mais apto a tratar de “movimentos” do que de “representações” no sentido forte do termo.

Segundo Bergson, a “percepção pura” seria capaz de adquirir dados puros da matéria por meio da “intuição” (certa capacidade de separar imagens, e registrá-las), para em seguida abastecer esses dados com os fluidos vivos da memória. Assim, para esse pensador, há etapas da percepção em que o espírito atua e o corpo não, que um se preocupa com “representações”, e o outro apenas com “movimentos”. Bergson escreveu o seguinte sobre esse problema: “No que concerne à percepção pura, ao fazer do estado cerebral o começo de uma ação e não a condição de uma percepção [...], recolocávamos portanto a percepção nas próprias coisas”. (BERGSON, 1999, p. 212).

Para esse filósofo, a percepção exterior depende do sujeito até certo ponto, mas ao final, essa “percepção pura”, encontra-se nas coisas “mais de direito do que de fato”, isso quer dizer que é preciso o discernimento intuitivo bergsoniano para encontrar essas posições singulares que fornecem dados puros da realidade ao observador, mantendo o seu privilégio de adquirir as coisas que partem de fontes reais de estímulos, nesse caso a fonte de estímulos é a própria matéria que envia todos os seus dados puros de forma imediata para nossa percepção pura.

Segundo Bergson, após essa etapa, o sujeito enriquece a experiência por meio da memória que irá produzir a “percepção concreta”, ou melhor, por um lado essa percepção conta com o atributo da memória pura, e em seguida, essa percepção conta com a contiguidade, e a semelhança dos múltiplos registros que a memória faz de forma contínua: a natureza da consciência seria essa “contração” de passado, essa possibilidade de agir em direção ao futuro por meio de ações mistas de virtualidade e realidade ativa ligada ao potencial de movimentos que podem ser executados conforme a escolha do sujeito. Esse estado de consciência descrito acima atua de forma latente na experiência do sujeito em todos os níveis e graus da duração conforme o pensamento de Bergson resgatando por meio de contiguidade e semelhança aquelas “imagens-lembranças” que o sujeito nem imagina que ainda permaneciam registradas em seu íntimo ser, mas que permaneciam disponíveis como dados puros da memória.

A atividade recíproca da percepção não fica de fora de todo esse processo, e se uma percepção encontra-se nas próprias coisas é porque Bergson acredita que a memória serve como base para condicionar a existência da própria matéria. É possível que Bergson esteja atribuindo a existência da matéria à propriedade e atributos da memória? Matéria é memória? Exaurindo a condição da percepção e do próprio papel do corpo, vejamos o que esse autor diz em seguida:

a análise da percepção pura nos deixou entrever na idéia de extensão uma reaproximação possível entre o extenso e o inextenso [...], separamos radicalmente, com efeito, a lembrança pura do estado cerebral que a prolonga e a torna eficaz. (BERGSON, 1999, p. 212)

Esse trecho acima mencionado não corrobora com a questão que essa pesquisa precisou fazer, isto é, que a própria matéria seria um estado de consciência mais puro tendo a memória como fonte, quer dizer, a ideia de matéria é simplesmente a própria memória condicionando todas as perspectivas reais do observador? É sobre essa questão que pretendemos nos debruçar para que exista a possibilidade de compreender aquilo que Bergson está tratando, a saber, da “ontologia da memória”, ou se preferirmos ater-nos ao modo bergsoniano, a teoria da “memória pura”. O próximo trecho evidencia muito bem o que essa pesquisa disse até agora: que Bergson também realiza uma delimitação do papel do espírito, que este possui sua atividade própria e distinta do mundo material ao redor. Portanto, o seguinte trecho sintetiza toda a análise até aqui quando afirma o seguinte: “A memória portanto não é [...], uma emanção da matéria [...], a matéria, tal como a captamos numa percepção concreta que ocupa sempre uma certa duração, deriva em grande parte da memória”. (BERGSON, 1999, p. 213)

Isso quer dizer que Bergson afirma que: a matéria é memória em certo aspecto, um tipo de existência que aparenta ser independente de alguns lados da experiência, mas que se encontra ligada às apreensões do corpo. Esse modo de descaracterizar uma experiência tão comum a todos os seres, a percepção pura de algo, é o modo como esse filósofo encontrou para esclarecer a diferença entre o “extenso e o inextenso” e, como mencionamos antes, entre a “qualidade e a quantidade”.

Quais as consequências de considerar a matéria como memória? O entendimento que podemos extrair dessas questões pode se referir ao fato de que o espírito, segundo Bergson, é o conjunto de representações (que possuem realidade própria) propriamente dito, afirmando que o espírito compreende a “representação” real das coisas no sentido forte do termo.

Assim, a explicação de como ocorrem esses processos, quer dizer, o modo como se dá a percepção da matéria, em relação com os limites impostos a um corpo que necessita cumprir um papel específico na vida cotidiana, possuem algumas de suas respostas em três das teorias bergsonianas no livro *Matéria e memória*: a “percepção pura”, a “memória pura”, e a “Teoria dos graus da Duração”. Todas essas análises fazem parte da metafísica experimental (um tratado dirigido àqueles que investigam questões metafísicas) na tentativa de chegar ao discernimento por meio da “intuição bergsoniana” no livro, quer dizer, os dados imediatos

que a intuição do sujeito estabelece com a experiência exterior pelos vínculos da apreensão. O fato do sujeito está inserido na multiplicidade dos fenômenos quantitativos e qualitativos não impede que este mesmo sujeito alcance uma reflexão, um tipo de conhecimento gradativo em algumas etapas de formação de ser no mundo e com a memória. “O que chamamos ordinariamente um fato não é a realidade tal como apareceria a uma intuição imediata, mas uma adaptação do real aos interesses da prática”. (BERGSON, 1999, p. 213) E ainda: “A intuição pura, exterior ou interna, é a de uma continuidade indivisa. Nós a fracionamos em elementos justapostos, que correspondem, aqui a palavras distintas, ali a objetos independentes” (BERGSON, 1999, p. 214).

Assim recortamos a realidade, separamos, misturamos e costuramos a experiência por meio do fio da memória. Desse modo, Bergson conseguiu encontrar a delimitação dos fenômenos de apreensão envolvidos em nossas percepções concretas, impulsionados pelos conceitos extraídos na “teoria da ação”.

Certamente que não é em *Matéria e memória* que encontraremos uma articulação profunda em explicar as teorias da linguagem e do significado, mas apenas uma explanação geral sobre as doutrinas do nominalismo e conceitualismo na formação de ideias gerais e particulares.

Essa pesquisa possui motivos para tratar da “insuficiência” mencionada por Bergson sobre como cada doutrina envolvida em uma “querela”. No entanto, não há a possibilidade de tratar essas questões nesse trabalho no momento. Não há dúvidas para esse filósofo: “rompemos assim a unidade de nossa intuição original” (BERGSON, 1999, p. 214). Isso quer dizer que somos nós os criadores de ficções, que nós que tentamos dar vida a “representações mortas” e sem alma. E como já havíamos dito antes: toda essa mobilidade almeja aprimoramento de ações, movimentos que precisam ser executados de modo cada vez mais eficiente, seguindo uma adaptação constante e nova do sujeito.

Portanto essas são as “delimitações” impostas aos observadores, e por mais que alguns não admitam a força de apreensão da memória como propriedade primordial da realidade, continuará se contentando com a aparência das coisas, tornando uma experiência real e viva em apenas uma mera ficção abstrata. Para Bergson, somos “escravos voluntários” da análise psicológica, isto é, não fugimos dos propósitos da ação, e o ser vivo precisa de adaptação para certas situações da vida, e as necessidades sempre lhe serão solicitadas para ir em direção a obter esta satisfação. A posição do observador não pode ser ignorada nem em latitude nem em longitude, e seu lugar privilegiado lhe impõe dificuldades inúmeras devido ao ambiente que vivem e os tipos de experiências que participa junto com os demais corpos. Nossas sociedades

buscam um suposto “bem comum”, fazer o bom uso da razão, e tentam conter os perigos do ambiente para constituir uma civilização mais justa, um amontoado de seres que procuram por aquilo que lhes interessa no momento. Assim, a vida social possui uma grande influência na vida de cada pessoa no mundo, e a maior parte dessas pessoas estão em busca de saciar suas necessidades mais imediatas.

essa fragmentação do real se operou em vista das exigências da vida prática, ela não acompanhou as linhas interiores da estrutura das coisas: por isso o empirismo é incapaz de satisfazer o espírito em qualquer um dos grandes problemas. (BERGSON, 1999, p. 214)

Portanto, Bergson estabelece outro meio de enfrentar os tais “grandes problemas” da filosofia, procurando antes compreender a delimitação e os limites das coisas (no conceito e no fato), e depois ir às fontes que nutrem o papel da percepção exterior, isto é, os bastidores da experiência estritamente humana explicada por uma “metafísica experimental” que inclui a “percepção pura” da matéria (extensão), e o papel dos registros das coisas que a memória pode alcançar. Desse modo, o corpo atua em posição privilegiada, discernindo o campo dos estímulos exteriores e as apreensões realizadas pelo espírito (memória).

6.3. Estímulos e apreensão

Para Bergson não há uma atividade genuína da razão quando esta produz um conhecimento das coisas relativo aos hábitos superficiais e adquiridos pela repetição de movimentos do sujeito, esse pensador tenta tirar seus leitores do automatismo de suas ações para alcançarem a realidade do espírito. Bergson reconhece que é importante que a psicologia seja suficientemente capaz de compreender o interesse do sujeito em alcançar alguma satisfação, enfim, ações que vão em direção a satisfação de suas necessidades. Bergson irá detectar impossibilidades de encontrar as “linhas estruturais” da experiência devido à falta de acesso às próprias apreensões que foram registradas no espírito do sujeito, e o quarto capítulo de *Matéria e memória* configura uma exaustiva investigação dos aspectos homogêneo e heterogêneo da realidade dessas experiências. Bergson garante que o “método intuitivo” é capaz de alcançar a verdade da consciência. Acerca de como encontramos algum entendimento sobre esse assunto, Bergson escreveu: “ir buscar a experiência em sua fonte, ou melhor, acima dessa virada decisiva em que ela, infletindo-se no sentido de nossa utilidade, torna-se propriamente experiência humana”. (BERGSON, 1999, p. 215)

É com base em processos comuns das percepções que apreendemos os movimentos no espaço, digamos assim, em um sentido qualitativo de um movimento vivido. Assim, esse foi o caminho que Bergson entendeu a “ordem de nossas percepções”, “mecanismos” que compõem o todo dessa experiência, e até mesmo, a parte qualitativa que eles provocam na percepção humana de algo exterior. Para o registro da “sucessão”, o papel da duração é crucial, e todo esse trabalho da consciência se resolve com as propriedades da “Duração”. É desfazendo o vínculo excessivo com essas “necessidades” que Bergson trata o problema de alguns “hábitos” que adquirimos em toda a nossa vida. E então, esse filósofo encontrou pelo menos dois conceitos fortes ligados entre si: a “percepção pura” e a “teoria da liberdade”, que acredita que a ação é seu objeto primordial e busca, a partir disso, habilitar o trabalho da “consciência”. Sobre isso, Bergson pensa o seguinte: “Renunciar a certos hábitos de pensar e mesmo de perceber já é difícil [...], quando nos colocamos naquilo que chamávamos a virada da experiência [...], ao iluminar a passagem do imediato ao útil” (BERGSON, 1999, p. 216).

Assim, esses dois conceitos, o “imediato” e o “útil”, anunciam o fio que liga a alma ao corpo. É por isso que existe o alerta de que a filosofia precisa manter-se em atividade, e encontrar o seu próprio objeto próprio de investigação, digamos assim. O filósofo precisa “juntar as coisas”, montar um quebra-cabeças com mais de mil peças. Não há exageros, Bergson afirma, “a tarefa do filósofo [...], assemelha-se em muito à do matemático que determina uma função partindo da diferencial”, e por fim, “O procedimento extremo da pesquisa filosófica é um verdadeiro trabalho de integração”. (BERGSON, 1999, p. 216).

7. Considerações finais

Durante o percurso desse trabalho, houve um esforço em mostrar o modo como Bergson delimita as propriedades do corpo, e como este autor associa o corpo aos aspectos pragmáticos da vida. Na busca do discernimento, Bergson irá mostrar a necessidade de um método em filosofia que leve as questões de existência com base na temporalidade, e não com base na cristalização de conceitos que consideram apenas as relações de graus no espaço.

No segundo capítulo do trabalho, Bergson mostra as dificuldades que o realismo e o idealismo enfrentam, e como essas doutrinas serviram apenas como referência para situar a argumentação bergsoniana acerca da necessidade de reestabelecer os limites conceituais dessas doutrinas, e conseqüentemente a superação destas.

No terceiro capítulo esta pesquisa destacou o papel do corpo no mundo, delimitando as funções dos órgãos sensório-motores. Assim, Bergson irá mostrar as limitações do cérebro, e de como não há possibilidades desse órgão armazenar uma lembrança. Para Bergson, o corpo possui uma posição privilegiada no mundo, isto é, o corpo é uma imagem diferente das imagens que compõem o universo material. O corpo, segundo Bergson, possui liberdade de agir, o ser vivo consegue escolher se vai agir ou não. A “zona de indeterminação” situada no campo de imagens proposto por nosso filósofo serve como critério para conhecer o caráter da ação dos sujeitos.

Além disso, o campo de imagens bergsoniano consegue separar as imagens em dois tipos diferentes, um referente àquele sistema realista da matéria, e o outro tipo referente ao sistema de imagens idealista, representado por um conjunto de imagem central e consciente. Assim, esse capítulo mostra as dificuldades que Bergson enfrenta em relação às concepções das doutrinas realistas e idealistas da matéria.

No quarto capítulo o corpo continua sendo o alvo de investigações dessa pesquisa, sendo que Bergson vai afirmar que o corpo é capaz de responder aos estímulos sensório-motores do ambiente externo, destacando a preponderância da ação na atividade da percepção do sujeito nessa experiência.

O elemento pragmático que tentamos destacar, segundo o pensamento do autor, serve para compreensão da “psicologia da ação”, teoria pelo qual o método bergsoniano preparou o caminho para sua análise metafísica da matéria no último capítulo de seu livro. Nesse capítulo há uma provocação que questiona se a “matéria é imagem?”, resgatando a noção de imagem da matéria proposto por Bergson no início do livro ao senso comum, tentando entender qual a razão que leva esse pensador a enxergar a matéria como imagem, e se há um modo de compreender os motivos que levaram Bergson a aproximar a filosofia do senso comum.

No quinto e último capítulo, tentamos apresentar algumas conclusões bergsonianas extraídas do quarto capítulo de *Matéria e memória*. Desse modo, destacamos parte da “teoria dos graus de duração”, os limites da extensão, e aquele estado de puramente virtual da memória, isto é, a “realidade do espírito”, e a “percepção pura” apresentada por Bergson no livro.

Desse modo, essa pesquisa considera que os objetivos propostos foram alcançados quanto aos aspectos ontológicos, epistêmico, e metafísico, validando a hipótese do alcance do método intuitivo bergsoniano ao centro dos problemas, que o caráter híbrido mencionado no

tema desse trabalho visa apenas aquelas doutrinas que precisam mediar suas conclusões, diferentemente, do método genuinamente intuitivo de Bergson. De fato, esse trabalho possui muitas dificuldades conceituais, foi um trabalho que deixou a desejar em muitas de suas articulações. No entanto, esses apontamentos foram suficientes para mostrar um caráter introdutório na filosofia bergsoniana, e o quanto, no final das contas, parece uma contradição tratar de método na filosofia bergsoniana. Portanto, Bergson propõem uma atividade filosófica mais fluida, dinâmica, que procura um conhecimento integral da realidade.

As pesquisas futuras pretendem alcançar as investigações que tratam do modo como o corpo é afetado pelo meio que vivem, investigando o aspecto psicossomático dos sujeitos. O interesse visa investigar o papel do corpo como emissor e receptores de estímulos. Quais as contribuições da intuição para compreender as patologias mentais e suas respectivas causas?

REFERÊNCIAS

- BERGSON, Henri. **Matéria e memória**. [1897] Trad. de Paulo Neves. São Paulo: Martins fontes, 1999.
- BERGSON, Henri. **O pensamento e o movente**. [1934] Trad. de Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BRUN, Jean. **Aristóteles**. Portugal: Dom Quixote, 1986.
- BUNNIN, Nicholas; JAMES, Tsui. **Compêndio de Filosofia**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- MONEGALHA, Fernando. **O atual e o virtual em Bergson e Deleuze**. 2016. 214. Tese de doutorado – UFSCAR, São Carlos.
- RUSSEL, Bertrand. **História do pensamento ocidental: a aventura dos pré-socráticos a Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.